

PT comemora 21 anos de luta

O PT Notícias dedica sua edição número 100 aos 21 anos do Partido dos Trabalhadores. Iniciativa conjunta da Secretaria Nacional de Comunicação e da Comissão responsável pela comemoração do aniversário petista, este jornal traz artigos sobre alguns dos principais momentos e temas da história do partido, escritos por seus protagonistas.

Não se trata de uma

história oficial, nem tampouco de uma "biografia autorizada".

Cada autor ou colaborador recebeu o tema e o desenvolveu livremente. Alguns - assobrados pelas tarefas cotidianas da militância - não puderam entregar seus textos a tempo. Mas a todos agradecemos.

A equipe do PT Notícias
A Comissão dos 21 anos



ANO V DE 8 A 21 DE FEVEREIRO/01

Nº 100



PTnotícias

JORNAL DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Outro Brasil é possível.



O novo século tem a sua estrela.

Ato Comemorativo Nacional
9 de fevereiro • 16 horas • São Paulo • Parlatino

21 ANOS

A fundação do PT

"Quando várias das lideranças mais expressivas das recentes lutas operárias lançaram a idéia do partido dos trabalhadores, exprimiram a necessidade de dar uma formulação global - política - ao conjunto de suas mobilizações. Mais ainda, responderam aos diferentes projetos surgidos no interior das esferas dominantes (alguns por líderes combativos de oposição) com um projeto radicalmente diferente, um projeto de baixo, um questionamento global de toda essa "transição por cima".

O projeto do PT, que surge do bojo das lutas sindicais, vem assim, com a marca de uma luta concreta contra a exploração e marca, por isso, a vontade de ligar os movimentos sociais ao quadro político, transformando assim sua qualidade. Mas ele é também a possibilidade de realizar a unidade e autonomia necessárias ao processo de emancipação dos trabalhadores."

Essas palavras de Eder Sader no artigo "Os saldos de uma década", publicado no jornal *Em Tempo*, edição de 20/12/1979 a 10/1/1980, dão bem a idéia da gênese da criação do PT.

De fato, desde o ano de 1978, a proposta de organização de um partido de trabalhadores vinha sendo objeto de acirradas discussões no meio sindical. Com avanços e recuos a idéia foi avançando e várias etapas foram cumpridas ao longo de 1979.

Em 24 de janeiro desse ano foi apresentada e aprovada a tese elaborada pelos metalúrgicos de Santo André para discussão no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricários do Estado de São Paulo, realizado em Lins (SP). O IX Congresso, representando mais de um milhão de metalúrgicos, deixava claro que um partido de trabalhadores só teria legitimidade se nascesse de um programa feito pelos próprios trabalhadores, sem interferência dos patrões. Dessa reunião saiu a proposta de organização de uma comissão com representantes de outros Estados para discutir o programa e o estatuto do futuro partido.

Outros setores da população, incluindo lideranças e ativistas de movimentos sociais, intelectuais e profissionais de várias categorias, militantes de antigas organizações de esquerda, muitos deles participantes das grandes campanhas populares dos anos 70, como as da luta contra a

carestia, a da Anistia, a da solidariedade aos metalúrgicos nas greves de 1978-79, considerando que os partidos tradicionais de oposição (tanto os burgueses - MDB - como as antigas agremiações de esquerda) não responderiam satisfatoriamente ao novo quadro político que se desenhava no momento, vinham também se mobilizando em torno da idéia da criação de um novo partido. Desses setores saíram milhares de participantes que, em todo o Brasil, foram engrossar o Movimento Pró-PT. No dia 1º de maio de 1979 foi dada a público a Carta de Princípios do PT. No dia 13 de outubro do mesmo ano foi aprovada, em São Bernardo do Campo, uma Declaração Política e criada uma Comissão Provisória que iria dirigir o Movimento Pró-PT em todo o território nacional.

O dia 10 de fevereiro de 1980 ficou marcado como sendo o da fundação do PT, porque nessa data cumpriu-se uma formalidade indispensável, de acordo com a Lei Orgânica dos Partidos, para que o registro do novo partido se tornasse possível: a aprovação de Manifesto, com um mínimo de 101 assinaturas, expressando os objetivos e as linhas fundamentais de pensamento que deveriam ser a base da proposta do partido.

A reunião realizada para esse fim, no Colégio Sion, deu a dimensão da magnitude que o Movimento Pró-PT tinha assumido, abrangendo todo o país com milhares de adesões, e refletiu o entusiasmo com que os militantes acompanhavam cada etapa da criação do partido. Foi muito mais do que uma reunião formal. Em primeiro lugar, pelo comparecimento maciço dos representantes de quase todos os Estados (242 delegados, mais de mil participantes) e pela presença de vários convidados, não engajados no movimento, mas que foram dar apoio à iniciativa. Mas também, e talvez isso tenha sido o mais importante, pelo clima de congraçamento entre os diversos setores que se dispunham a levar avante o projeto da construção do Partido dos Trabalhadores.

Fora preciso vencer muitas barreiras: as dúvidas quanto à viabilidade do projeto, as desconfianças mútuas entre os militantes de esquerda e os ativistas de movimentos sindicais e populares; os preconceitos contra "intelectuais" da parte dos sindicalistas e vice-versa; e assim por



diantre. Mas, finalmente, a utopia, há longo tempo alimentada por tantos dos antigos militantes de esquerda, de construir um partido amplo, enraizado nos sindicatos, nos movimentos populares, no meio da juventude, parecia tomar forma visível, concreta, naquele auditório do Colégio Sion. Víamos ali, lado a lado, militantes de várias gerações que haviam lutado contra os regimes de opressão, professores universitários, representantes de igrejas e dos mais variados movimentos populares e associativos, intelectuais e a nova vanguarda sindical. Todos juntos para tornar realidade a criação do partido que estava destinado a ser "a voz e a vez" dos trabalhadores de todo o país.

Fundado o partido, começou uma nova etapa que exigiu uma enorme mobilização dos militantes: a campanha de filiação e de criação de diretórios e comissões provisórias, visando a atingir as quotas exigidas por lei para o registro do PT.

Lélia Abramo¹ narra esse episódio com muita vivacidade no seu livro *Vida e Arte*:

(...) De fevereiro de 1980 a fevereiro de 1981 trabalhamos para a legalização do PT. A nossa atividade na criação de núcleos, na formação de diretórios e na campanha de filiação exigiu um esforço constante e diário de todos os simpatizantes, não apenas nesta capital de São Paulo mas em todos os cantos do país. Andávamos com fichas de inscrição no bolso e, a cada pessoa que encontrávamos, explicávamos a necessidade de se obter o número de filiados exigidos para legalização do partido. Fazíamos igualmente mutirões, bairro por bairro, rua por rua, casa por casa, com o mesmo objetivo, e finalmente o número de filiados

ultrapassou em muito o exigido por lei (...).

Atingidas as quotas exigidas por lei, foi possível entrar com o pedido de registro do partido que, assim, passava a ter condições legais para funcionar. Desde março de 1980 já se haviam constituído em alguns Estados bancadas parlamentares do PT, formadas por antigos deputados do MDB que haviam optado pelo novo partido. Em 8 e 9 de agosto de 1981 realizou-se em São Paulo o 1º Encontro Nacional, que indicou a Comissão Nacional Provisória e finalmente em 27 de setembro de 1981 deu-se a 1ª Convenção Nacional, em Brasília. Nessa ocasião foram ratificados os nomes escolhidos em São Paulo para o primeiro Diretório Nacional, e referendados o Manifesto de Lançamento, o Programa e o Estatuto do PT, aprovados em 1980. A etapa seguinte seria, em 1982, a participação do PT, tendo o Lula como candidato ao governo de São Paulo, na primeira eleição havida depois de 64, para escolha direta de governadores.

Zilah Wendel Abramo, vice-presidente da Fundação Perseu Abramo.

¹ Ver Lélia Abramo, *Vida e Arte*, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1997



GLAUBER ROCHA, AUTOR DE *DEUS E O DIOS NA TERRA DO SOL E TERRA EM TRANS*.

ATENTADO NO CAIRO MATA ANWAR EL SADAT, PRESIDENTE DO EGI

IDENTIFICADA UMA NOVA E DEVASTADORA DOENÇA: A SÍNDROME DA IMUNODEFICIÊNCIA ADQUÍRIDA (SIDA, OU AIDS, EM INGLÊS).

MORRE O INTELECTUAL E CRÍTICO DE ARTE MÁRIO PEDROSA, QUE ASSINOU A FICHA NÚMERO UM DE FILIAÇÃO AO PT EM 1980. (11/11)

1982
GUERRA DAS MALVINAS, ENTRE ARGENTINA E INGLATERRA (2/4).

MORRE EM LISBOA, VÍTIMA DE PNEUMONIA, O CINEASTA BRASILEIRO

A ITÁLIA DERROTA A ALEMANHA E VENCE A COPA DO MUNDO DE FUTEBOL, NA ESPANHA (11/7).

MORRE, AOS 80 ANOS, O PENSADOR SERGIO BUARQUE DE HOLANDA, AUTOR DE *RAÍZES DO BRASIL* E UM DOS FUNDADORES DO PT.

AOS 37 ANOS, MORRE A CANTORA ELIS REGINA, VÍTIMA DE OVERDOSE. (27/11)

LULA DISPUTA O GOVERNO DE SÃO PAULO, CONTRA FRANCO MONTEIRO E JÂNIO QUADRADO. O PT GANHA SUAS PRIMEIRAS PREFEITURAS: DIADEMA (SP) E SANTA QUITERIA (MA).

1983
A CENTRAL ÚNICA DOS

O PT e a institucionalidade

E ai vieram as eleições de 1982. Nossa primeira teste, nossa crença absoluta na escolha popular de nosso programa e de nossa palavra de ordem: "Terra, trabalho e liberdade". Nada nos favorecia. A maioria de nós nunca havia sido candidato a nada ou, quando muito, candidato à presidência de sindicato, associação de bairro, síndico de prédio, chapa de diretório acadêmico. Como é difícil pedir voto pra gente mesmo! Uma vergonha danada de se expor, mas uma convicção plena de que nosso sacrifício pessoal ajudaria a derrubar a ditadura e a começar a resolver as injustiças em nosso país. Voto vinculado de cabo a rabo, isto é, o eleitor só poderia votar de governador a vereador em candidatos de um mesmo partido, sob pena de ter o voto anulado. Primeiro obstáculo: como conseguir candidatos a todos os cargos em 20% dos municípios em cada Estado e em, pelo menos, nove dos Estados brasileiros? - Valeu de tudo. Candidato frio, candidato pego a laço, marido e mulher se candidatando ao cargo de vereador (alguns deles não tiveram sequer seu próprio voto), um vale tudo geral. Lembro-me particularmente de uma noite de campanha.

Encontro na porta de um bar, em plena sexta-feira, um grande amigo meu, médico de profissão, homônimo convicto, distribuindo panfletos. "O que você está fazendo aqui, companheiro? Eu plena sexta-feira, às 10 da noite, fazendo campanha pro PT?" Resposta: "Uai, você não sabia que também sou candidato a deputado estadual..." Segundo obstáculo: medo do voto "camarão" (cortar a cabeça da chapa e só votar nos proporcionais) ou do voto "cebola" (só votar nos candidatos a governador) e assim por diante. E finalmente o inimigo maior: o "voto útil", isto é, votar nos candidatos (e, portanto, no partido) mais viáveis para derrotar a ditadura. Ficamos em polvorosa. Como rebater esse argumento? Em Minas Gerais, então, como votar na Sandra Starling, contra Tancredo Neves, se esse havia conseguido unir em torno de si o apoio de toda a esquerda, fora o PT? - Coitada da Marilene Chauí... A nossa filosofia teve de percorrer quase o país inteiro, fazendo suas brilhantes reflexões contra o "voto útil" e ainda enfrentando a ira dos intelectuais, quase todos, adeptos desse tal de "voto útil".

Mas não ficou só por aí. Tinha mais. Sem um tostão. Vendendo estrelinha, camiseta, adesivo para carro. Só faltou vender ingresso para nossos comícios. Rejeitávamos qualquer forma de doação aos eleitores: nada de churrasco de graça, nada de showmícios, nada, nada, nada de graça. Afinal, isso tudo era forma burguesa de fazer campanha, manipulando a miséria do povo. Criticávamos tudo e todos. Carreata? - Nem pensar. Nossa contata era direto com o povo. E além do mais, quantos carros tínhamos para a campanha? - Rigorosamente o número de carros de nossos filiados que tinham carro, a começar dos candidatos mais abonados, fosse qual fosse o

Poi é, Lei Falcão. Ai decidimos protestar contra a Lei Falcão e pusemos nossos candidatos na televisão usando uma tarja preta sobre a boca, tarja que ia sendo aos poucos retirada, enquanto a música ao fundo, inicialmente uma "marcha fúnebre" de X era substituída pela letra "liberdade, liberdade, abra as asas sobre nós". Tiraram nosso programa do ar.

Foi assim nosso primeiro contato com a institucionalidade: concorrendo a cargos públicos mas denunciando a ditadura e contestando as regras do jogo. Movidos a paixão. Continuamos assim?

Sandra Starling, ex-candidata ao governo de Minas Gerais em 1982, deputada de 1986 a 1998, inclusive líder da bancada na Câmara dos Deputados em 1996, professora sempre.

COMÍCIO PELAS ELEIÇÕES DIRETAS REÚNE CENTENAS DE MILHARES DE PESSOAS NA PRACA DA SE, EM SÃO PAULO. NO MESMO DIA, O MINISTRO DO TRABALHO, MURILLO MACEDO, SUSPENDE A INTERVENÇÃO FEDERAL NOS SINDICATOS DOS PETROLEIROS DE PAULÍNIA E MATARIBE E NO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO (25/1).

No Rio de Janeiro a campanha das Diretas Já empolga, reunindo mais de um milhão de pessoas na Candelária (10/4).

Novo ato pelas "Diretas Já" concentra mais de um milhão de pessoas em São Paulo (16/4).

21 ANOS

Trabalhadores fundam a CUT

O ano de fundação da CUT, 1983, foi especial para o movimento sindical e também para os movimentos populares no Brasil. Foi o ponto culminante do enorme esforço do chamado "sindicalismo autêntico", surgido no final dos anos 70 dentro dos sindicatos e das oposições sindicais, de criar uma central sindical que unificasse as lutas dos trabalhadores brasileiros.

Vivíamos um período de ditadura militar. O desrespeito aos direitos humanos e a mais absoluta falta de liberdade de organização e manifestação eram marcas do regime. As manifestações eram reprimidas com violência, muitas vezes as tropas do exército foram utilizadas para enfrentar as mobilizações, os líderes dos movimentos eram presos, os sindicatos sofriam intervenção, as direções eleitas eram afastadas e as entidades passavam a ser dirigidas por juntas indicadas pelo governo.

A insatisfação popular era alimentada pelo colapso do projeto econômico dos militares. Era um período de crescente inflação e arrocho dos salários. Os sindicatos, na sua maioria, eram controlados por burocracias sindicais comprometidas com a manutenção de seus privilégios, que não eram poucos. A legislação sindical, vigente até hoje na sua essência, criava as condições para controle absoluto das entidades e fragmentava a organização dos trabalhadores por categorias profissionais.

A legislação atribuía aos sindicatos a função de "conciliar conflitos" e prestar serviços assistenciais aos seus associados. A greve era proibida e os conflitos, quando não superados pelo processo de negociação, eram resolvidos pela Justiça do Trabalho. O funcionamento do sindicato era regido por um estatuto padrão, previsto na CLT.

Com a ascensão do movimento sindical no final dos anos 70, nas greves do ABC, bancários, professores, o Movimento Contra a Carestia, surgiram várias tentativas de articulação do movimento sindical.

Primeiro com a

Dos 362 sindicatos filiados em 1983, quando de sua fundação, a CUT passou, em fevereiro de 2001, para 3.102 sindicatos filiados, mais de 21 milhões de trabalhadores na base e mais de sete milhões de sindicalizados.



Intersindical, os Comitês de Solidariedade aos Grevistas, como foi em 1980 e 1981 e a transformação da Intersindical em Unidade Sindical.

É preciso ressaltar que à frente de todas essas iniciativas estavam os sindicalistas que, mais tarde, fundariam o PT em 1980. Depois da greve de 1980, quando os principais sindicalistas do ABC foram presos, foi convocada uma reunião nacional do movimento sindical, que realizou-se na prefeitura de São Bernardo do Campo, após um ato de solidariedade a Lula. Decidiu-se então, a partir das articulações em curso, realizar um Encontro Nacional de Sindicalistas para convocar e organizar a 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), para realizar-se em 1981.

Esse encontro aconteceu no Sindicato dos Químicos de São Paulo, em março de 1981, no qual foi eleita uma Comissão Executiva Nacional para organizar a 1ª Conclat. Em paralelo à organização da Conclat, o chamado bloco dos sindicalistas autênticos aprofunda sua articulação interna, fruto da recente fundação do PT, para uma participação mais efetiva, numérica e qualitativamente melhor – o que resulta em mais de cinco mil delegados na 1ª Conclat, realizada em agosto de 1981, na Praia Grande (SP), que aprovou a criação da Central Única

dos Trabalhadores, a ser fundada em 1982, e elegeu a Comissão Nacional Pró-CUT.

Essa Comissão não encaminhou a resolução. O bloco dos sindicalistas autênticos foi derrotado internamente. Dessa forma foi adiada a fundação da CUT para 1983. Novamente os setores atrasados e pelegos tentaram adiar o Congresso de Fundação da CUT, porém o bloco dos sindicalistas autênticos, já chamado de bloco petista, decidiu romper com aqueles setores e convocar o Congresso de Fundação da Central Única dos Trabalhadores, para 26, 27 e 28 de agosto de 1983. No dia 28, um domingo frio e chuvoso em São Bernardo do Campo, foi fundada, oficial e unanimemente, a CUT.

Desde então a CUT só fez crescer. Dos 362 sindicatos filiados em 1983, quando de sua fundação, a CUT passou, em fevereiro de 2001, para 3.102 sindicatos filiados, mais de 21 milhões de trabalhadores na base e mais de sete milhões de sindicalizados. A CUT é a maior central sindical da América Latina e uma das dez maiores do mundo.

Edson Campos, ex-dirigente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, da Comissão Organizadora da 1ª Conclat, da Comissão Nacional Pró-CUT, atualmente é assessor da presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Conlact).

1985

Explode, logo após o lançamento, a nave espacial Challenger, matando seus sete tripulantes (29/1).

ENTRA EM VIGOR O PLANO CRUZADO, QUE CONGEIA PREÇOS E SALÁRIOS E CORTA TRÊS ZEROS DO CRUZEIRO, ADOTANDO COMO NOVA MOEDA O CRUZADO (28/2).

ASSASSINADO, EM IMPERATRIZ (MA), O PADRE JOSIMO TAVARES, LIGADO AOS TRABALHADORES RURAIS (10/5).

ANUNCIADA A MORTE DE TANCREDO NEVES (21/4).

PT ELEGE SUA PRIMEIRA PREFEITA DE CAPITAL, MARIA LUIZA FONTELE, EM FORTALEZA (CE).

A ARGENTINA VENCE A COPA DO MUNDO, NO MÉXICO, AO DERROTAR A ALEMANHA OCIDENTAL (29/6).

Aos 85 anos, MORRE O POETA

DEPOSIÇÃO DO DITADOR DO HAITI, JEAN-CLAUDE DUVALIER, O BABY DOC, FILHO DE PAPA DOC (7/2).

EXPLOSÃO NA USINA DE CHERNOBYL, NA UCRÂNIA, CAUSA O MAIOR ACIDENTE NUCLEAR

CONHECIDO ATÉ ENTÃO. DEZENAS DE PESSOAS MORREM E MILHARES SÃO CONTAMINADAS COM RADIACAO.

GREVE GERAL NO BRASIL (12/12).

ACORDO DE PAZ ENTRE O IRAQUE E O

IRÁQUE PÔE FIM À GUERRA QUE

MATOU CERCA DE UM MILHÃO E MEIO DE PESSOAS (AGOSTO).

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE.

MORRE, AOS 87 ANOS, O

SOCIÓLOGO GILBERTO FREIRE.

1988

MORRE NO RIO DE JANEIRO, AOS 43

ANOS, O JORNALISTA E CARTUNISTA

HENRIL, QUE FICOU CONHECIDO POR

SEU COMBATIVO E ALEGÓRICO HUMOR

GRÁFICO BRASILEIRO, FAZENDO DA

CRÍTICA UMA ARMA DE RESISTÊNCIA E

COMBATE AO SISTEMA POLÍTICO DO

PAÍS (4/1).

ACORDO DE PAZ ENTRE O IRÁQUE E O

IRÁQUE PÔE FIM À GUERRA QUE

MATOU CERCA DE UM MILHÃO E MEIO

DE PESSOAS (AGOSTO).

EM VOLTA REDONDA, O EXÉRCITO

INVADE A CSN, OCUPADA PELOS

TRABALHADORES EM GREVE, E MATA

TRÊS OPERÁRIOS A GOLPES DE

BAIONETA.

O PT RECOLHE EXPRESSIVAS

VITÓRIAS NAS URNAS, A COMEÇAR

POR SÃO PAULO, CAPITAL, ONDE LUIZA

ERUNDINA SE ELEGE PREFEITA,

DERROTANDO PAULO MALUF.

O LÍDER SERINGUEIRO CHICO

MENDES É ASSASSINADO POR

GRILEIROS EM XAPURI - AC (22/12).

No CHILE, A DITADURA MILITAR

INSTALADA EM 1976 E DERROTTADA EM

PLEBISCITO EM QUE OS ELEITORES

Diretas-já: exercício de cidadania

DIRETAS 84

Presidente quem escolhe
e o povo

criatividade
extraordinários, com
inexcedível alegria
transformadora.

Transcendíamos, assim, a
nossa previsível base
orgânica e social – cidadãos
definitivamente de esquerda,

igreja progressista,
movimento sindical mais

avançado da cidade e do
campo, movimentos
feministas e de combate ao

racismo etc – para
estabelecer um fecundo
diálogo com os mais

diversos segmentos da
sociedade brasileira,
inclusive

com as suas
parcelas
menos
politicizadas.

Se foi (com
certeza)

uma
experiência
de
tremenda
auto-
educação

cívica e
política da sociedade, foi
também um aprendizado
fundamental para o PT, de
diálogo e ação conjunta com
o outro, de interlocução
com mulheres e homens
comuns, em grande parte
alheios e até refratários à
militância assumidamente
político-partidária. Foi um
episódio de auto-educação
política do PT, inspirado
pela palavra do mestre e
companheiro Paulo Freire:

"É preciso unir os
divergentes para melhor
enfrentar os antagônicos".

Soubemos, por exemplo,
convocar e realizar, quando
muitos ainda não
acreditavam na

viabilidade de
uma campanha
de massas pelas
Diretas, o

pioneiro
comício do
Pacaembu
(27/11/1983).

E o fizemos
sem nenhum
exclusivismo,
dando
especial
destaque a

lideranças de

21 ANOS

Depois de anos, eleições nas capitais

Era então o ano de 1985. Pela primeira vez, depois de dezenove anos, capitais e cidades consideradas de segurança nacional pelo regime militar poderiam escolher seus próprios prefeitos. Até a ocasião, os bônicos davam as ordens. E o PT não fez feio. De virada, tornou-se o terceiro partido de expressão nacional. É bem verdade que ainda estava no patamar dos 11,2% de votos obtidos, mas a considerar as eleições de 1982, havia crescido 86,97%. O partido comemorou a maior zebra eleitoral, a vitória da petista Maria Luiza Fontenelle, na cidade de Fortaleza, Ceará. E por pouco, ou por fraude, o PT também não conquistou a prefeitura de Goiânia. Vitoria, no Espírito Santo, também merece destaque neste cenário, a legenda não levou, mas saiu consagrada das urnas.

Porém, não só nos números reside a análise do bom desempenho petista. Um exame mais crítico sobre a conjuntura nacional naquele momento revela ser impossível compreender o êxito do PT sem antes entender os caminhos da transição do regime militar para a "Nova República". Desde 1974, os eleitores já apontavam mudanças, com a disposição de derrotar nas urnas o regime militar. A este propósito somaram-se, tempos depois, as manifestações estudantis e as greves operárias. Do movimento de resistência à abertura e o surgimento do PT.

O resultado das eleições de 1982 mostrou o vigor das oposições, mas a massa de eleitores apostara, então, no PMDB. Partido que iria conciliar com o regime, para garantir um pedaço do bolo, um candidato no Colégio Eleitoral. O peemedebista Tancredo Neves ganhou de Paulo Maluf, do PDS, mas foi José Sarney — aquele do qual muitos teriam, meses mais tarde, orgulho de ser fiscal — quem levou de fato. A santa "Nova República", em 1984, havia sido fundada. No entanto, as profundas reformas prometidas não ocorriam e, mais do que inícia dos novos governantes, descortinavam a harmônica relação com as forças conservadoras. O PMDB era o maior partido, com 32,27% dos votos. O PT, PSB e PDT (que compareceu ao Colégio Eleitoral) somados os votos atingiam 27,7% dos eleitores.

O desgaste do PMDB crescia à medida em que tentava ocupar mais espaço dos partidos conservadores, procurando tornar-se mais confiável ao empresariado e à classe média. Nestas condições, o PDT e o PT passam a ter um espaço de destaque na conjuntura, cuja postura crítica em relação ao governo Sarney foi se acentuando de

acordo com os recuos que este promovia, como a "inexequível" reforma agrária, para ficar em apenas um exemplo.

O partido do "não", como era chamado o PT — se ainda não o é assim designado —, aparece como uma sigla afirmativa. Com propostas, com projetos, com manifesta intenção de conquistar espaço na institucionalidade. O primeiro passo nesta direção, disse certa vez Perseu Abramo, foi definir os objetivos nacionais da participação do PT nas eleições, aliado ao fortalecimento da organização partidária. Em seguida realizar

seria o PMDB, que aparecia com mais chances de vitória. Por outro, apostar também na via de oposição à "Nova República", criticando seus verdadeiros designios, poderia levar o partido ao isolamento, seria ainda o partido do "não", de acordo com algumas análises da época.

"Moratória da dívida externa, garantia do direito de greve, estabilidade no emprego e reforma agrária". Este era o discurso do PMDB — ou melhor, de Fernando Henrique, que ainda não era FHC — com o qual o PT se defrontava em São Paulo. A



seminários para fornecer elementos à plataforma dos candidatos petistas.

"Nada de fazer grandiloquentes discursos sobre o destino da humanidade e esquecer a questão do transporte ou do saneamento; e nem ficar só falando de buracos de rua e não lembrar da reforma agrária, da Constituinte, da dívida externa", era a palavra de ordem no partido, segundo Perseu. Quem participou da última Plenária Nacional de Candidatos e Candidatas do PT pôde verificar que, com algumas nuances nos temas e tom um pouco diferente, a orientação era a mesma. Feliz coincidência. Pode ser.

Pragmatismo e voto

Mas a similitude com os dias atuais não pára por aí. O fastidioso discurso da direita apenas se transveste, mas não muda. O PT teria que enfrentar a guerra do voto útil, também chamado "necessário" e "pragmático", contra o voto ideológico. E a primeira batalha foi travada com um artigo do Paul Singer, mostrando que a tese do voto útil decorre de uma visão que só podia ser defendida pelo PMDB, "uma coligação de centro-democrática com colorido progressista". Aquelas que defendiam o voto útil, o faziam defendendo o voto, no caso de São Paulo, em Fernando Henrique Cardoso.

Na capital paulista havia, de um lado, Jânio Quadros (que viria a ganhar), uma ameaça de retorno aos velhos tempos de repressão. A crítica exclusiva ou prioritária a ele poderia dar justificativas aos defensores do voto útil. E aí, o depositário deste sentimento

ardilosa defesa peemedebista colocava o partido, que disputava a prefeitura com Eduardo Suplicy, entre a cruz e a caldeirinha. Mas o PT jamais pensou em retirar o seu candidato do páreo e obteve 20% dos votos apresentando seu programa de governo.

Avanços e contradições

Falava-se também que o voto no PT era voto de protesto. Por este raciocínio, parece que a sociedade nunca parou de protestar. Em Aracaju, por exemplo, quem era o candidato petista senão o atual prefeito, Marcelo Deda (PT). Naquele ano conquistou 15,4% do eleitorado — em 2000 contou com 52,8% dos votos válidos. Com parcos recursos e muita militância, o PT despertou o interesse da população com a proposta da criação dos conselhos populares e enfrentou a máquina do PDS e da Aliança Democrática.

Em Porto Alegre, quem diria, pelo menos um dos adversários já causava estragos. O petista Raul Pont, que ficou em terceiro lugar, já disputava com o pedetista Alceu Collares, este último, eleito prefeito. E a história deu o troco, e mostrou a verdadeira face de Collares. Nas últimas eleições Tarso Genro (PT) venceu o pedetista, no segundo turno, sofrendo todo tipo de ataque raivoso e baixaria.

E a vida tem lá suas várias contradições. Em Goiânia, apesar do partido não ter ganhado as eleições, pôde ser considerado um grande avanço. Afinal, o PMDB, principal adversário, além de ter conseguido uma margem mínima de vantagem sobre o



PT, com o apoio de toda a máquina estadual e municipal, ainda carregou a suspeita de só ter vencido por causa de fraude na apuração dos votos. O candidato petista era Darcy Accorsi, que foi prefeito mais tarde pelo PT, e um dos protagonistas no último pleito. Disputou pelo PTB a prefeitura de Goiânia e perdeu para Pedro Wilson (PT). "O PT é o dono do meu destino", disse o hoje petebista, em 1985, ao jornal *Brasil Extra*. Estava mesmo adivinhando.

Vitoria, no Espírito Santo, enfrentando o PDMB, que utilizava os mesmos métodos que condenava no passado, o partido quase chegou lá. Fiel ao programa de governo e com campanha criativa os petistas capixabas atraíram principalmente a classe média. Vitor Buaiz era candidato petista, ficou em segundo naquela eleição. Mas participou de outra. E outra. E a história que os petistas de lá conheciam quando Buaiz, pelo PT, foi governador do Estado, não é tão feliz. Mas aí é outra história.

Já naquela época, pautada pela discussão interna do PT, a mídia fazia sua investida: lights contra xiitas. O partido inovava no jeito de fazer campanha. Havia uma certa unanimidade quanto à criatividade e originalidade da campanha de TV. Mas também alguma indignação entre alguns petistas. A utilização dos meios de comunicação de massa, por meio de programas bem elaborados, muitas vezes causava discussão, havia quem defendesse que era vendida imagem de um partido não radical, não combativo, com medo de perder votos. Para uns, a campanha de TV era responsável pelo crescimento do partido, outros defendiam que o exagero de sutilezas nos programas televisivos prejudicaram a compreensão de certas posições do PT.

A imprensa era implacável com o PT. Nada que não lembre as manchetes atuais: o PT vermelho e o cor-de-rosa. Mas quem imaginava que seria diferente?

Rosana Ramos, jornalista, editora do *Linha Aberta* (site do PT - www.pt.org.br).

O governo Maria Luiza

Maria Luiza Fontenelle assumiu a prefeitura de Fortaleza cercada por grandes expectativas. Era a primeira eleição direta, depois de vinte anos de ditadura e de prefeitos bônicos. Pela primeira vez o PT

elegia governante de uma capital. A campanha eleitoral, marcada por forte carga emocional, criaria um clima de grande entusiasmo.

Maria Luiza e seu grupo, militantes do clandestino PRC (Partido Revolucionário Comunista), ingressara no PT pouco antes das eleições, com o propósito de sair candidata. Era egressa do PMDB, pelo qual elegera-se deputada estadual em 1982. Sua prática política caracterizava-se pelo radicalismo. Tornaram-se celebres as manifestações ruidosas da União de Mulheres Cearenses contra o governador Tasso Jereissati, em seu primeiro mandato. Acreditava-se que a frente da prefeitura esta disposição política seria capaz de transformar a cidade em uma "Fortaleza Mulher!".

A cidade fora dilapidada pelas administrações anteriores, e a prefeitura estava falida, endividada até o pescoço e com a folha de pagamento atrasada em meses. Campeavam a corrupção, o empreguismo e o fisiologismo.

Agora a prefeita, o PT não dispunha de nenhuma outra liderança. Não tinha implantação na cidade, não elegera nenhum vereador, consistia de fato em um grupo político bastante seletário. Com o ingresso da Maria estabeleceram-se dois grupos paralelos no partido: um que o controlava burocraticamente, absoluto em todas as instâncias, mas que não tinha voto; outro que, tendo votos, influía sobre as instâncias de fora para dentro. Pela via da pressão política e do fato consumado. Era um caso típico de partido dentro do partido, fator de crise permanente entre partido e governo.

Acresce que, naquela altura, o PT não formulara ainda nenhuma política de governo, Banco do Povo, Orçamento Participativo, ou o que fosse. Nem se cogitava o Modo Petista de Governar.

O governo da Maria Luiza tinha, pois, tudo para não dar certo. Nenhum diálogo com os governos estadual e federal. Desde o primeiro dia, o que prevaleceu, de parte a parte, foi a hostilidade entre governador e prefeita. Mesmo assim, conseguiu-se formar um secretariado bastante amplo, com figuras representativas da sociedade, sem filiação partidária, e com representantes do PSB e do PDT, aliados ao PT.

Três problemas eram emergenciais: colocar a folha em dia, remover as montanhas de lixo espalhadas pela cidade e dar um jeito nos camelôs. Para isso teve-se a percepção (que era consensual no PT, na frente e na cidade) de que o ponto de partida estava no saneamento financeiro da prefeitura. O primeiro ato da prefeita foi então determinar que todos os funcionários comparecessem, em prazo curto, a certos locais (quadras de esporte, escolas, clubes etc) para serem recenseados. Só nessa operação foram eliminados cerca de 18 mil contracheques (de 44 mil caíram para 26). Os fantasmas e os cargos acumulados predominavam.

Quanto aos camelôs, a "solução" só viria bem mais tarde, com a criação de uma espécie de camelódromo no centro da cidade. Para se ter uma idéia, eu mesmo, atravessando de lado a lado a Praça José de Alencar, consegui montar um fogão inteiro só adquirindo peça por peça, uma tampa aqui, um cano ali, uma chapa acolá. Objeto *sui generis*, é claro, sem marca e de todas as cores imagináveis, psicodélico! Peças de tecido estendidas na copa das árvores, bares sob os abrigos de ônibus, matadouros de porco, bode, boi. Carne "tratada" e vendida ali mesmo, em meio à fedentina acumulada de semanas, misturada com tripas de peixe, sob o adorno de couros espinhados e pendurados nos postes.

Mas o lixo não. Foi em torno do lixo que se desenrolou a batalha da opinião pública, que perdemos feio. De noite, o governador mandava os caminhões do Estado depositarem montes de sujeira nas praças. Logo cedo chegavam as câmeras, e já no noticiário do meio dia, de todos os canais de TV e rádios, as reportagens estavam no ar. Com tanta infantilidade do nosso lado, era impossível vencer.

Maria Luiza deixou a prefeitura saneada. Quando ela assumiu, cerca de 95% da receita estava comprometida com a folha de pagamento. Deixou-a em 63%.

Renegociou todas as dívidas em condições razoáveis. Mas como perdeu a batalha política, apenas preparou o terreno para o êxito do seu sucessor. E assim começou a farra de bom administrador do hoje presidenciável Ciro Gomes.

Curiosidade: o grupo de Maria Luiza, na prefeitura, nunca aceitou a orientação política do PRC, do qual viria a se afastar, criando o PRO (Partido da Revolução Operária). Em Fortaleza tivemos, então, um caso inédito de um partido dentro do partido dentro do partido.

Ozeas Duarte, secretário nacional de Comunicação do PT e colaborador dos primeiros meses do governo Maria Luiza.

MUNDO DE FUTEBOL DA ITÁLIA (8/7)

O Iraque invade o Kuwait (2/8)

No Brasil, Collor toma posse e confisca os depósitos bancários, incluindo a caderneta de poupança, de todos os correntistas. O "Plano Collor" afunda o país na recessão e no desemprego.

Reunião da Alemanha (outubro).

O Iraque invade o Kuwait (2/8)

No Brasil, Collor toma posse e confisca os depósitos bancários, incluindo a caderneta de poupança, de todos os correntistas. O "Plano Collor" afunda o país na recessão e no desemprego.

Reunião da Alemanha (outubro).

O Iraque invade o Kuwait (2/8)

No Brasil, Collor toma posse e confisca os depósitos bancários, incluindo a caderneta de poupança, de todos os correntistas. O "Plano Collor" afunda o país na recessão e no desemprego.

O Iraque invade o Kuwait (2/8)

No Brasil, Collor toma posse e confisca os depósitos bancários, incluindo a caderneta de poupança, de todos os correntistas. O "Plano Collor" afunda o país na recessão e no desemprego.

O Iraque invade o Kuwait (2/8)

No Brasil, Collor toma posse e confisca os depósitos bancários, incluindo a caderneta de poupança, de todos os correntistas. O "Plano Collor" afunda o país na recessão e no desemprego.

O Iraque invade o Kuwait (2/8)

No Brasil, Collor toma posse e confisca os depósitos bancários, incluindo a caderneta de poupança, de todos os correntistas. O "Plano Collor" afunda o país na recessão e no desemprego.

O Iraque invade o Kuwait (2/8)

No Brasil, Collor toma posse e confisca os depósitos bancários, incluindo a caderneta de poupança, de todos os correntistas. O "Plano Collor" afunda o país na recessão e no desemprego.

O Iraque invade o Kuwait (2/8)

No Brasil, Collor toma posse e confisca os depósitos bancários, incluindo a caderneta de poupança, de todos os correntistas. O "Plano Collor" afunda o país na recessão e no desemprego.

O Iraque invade o Kuwait (2/8)

No Brasil, Collor toma posse e confisca os depósitos bancários, incluindo a caderneta de poupança, de todos os correntistas. O "Plano Collor" afunda o país na recessão e no desemprego.

O Iraque invade o Kuwait (2/8)

No Brasil, Collor toma posse e confisca os depósitos bancários, incluindo a caderneta de poupança, de todos os correntistas. O "Plano Collor" afunda o país na recessão e no desemprego.

O Iraque invade o Kuwait (2/8)

No Brasil, Collor toma posse e confisca os depósitos bancários, incluindo a caderneta de poupança, de todos os correntistas. O "Plano Collor" afunda o país na recessão e no desemprego.

O Iraque invade o Kuwait (2/8)

No Brasil, Collor toma posse e confisca os depósitos bancários, incluindo a caderneta de poupança, de todos os correntistas. O "Plano Collor" afunda o país na recessão e no desemprego.

O Iraque invade o Kuwait (2/8)

No Brasil, Collor toma posse e confisca os depósitos bancários, incluindo a caderneta de poupança, de todos os correntistas. O "Plano Collor" afunda o país na recessão e no desemprego.

O Iraque invade o Kuwait (2/8)

No Brasil, Collor toma posse e confisca os depósitos bancários, incluindo a caderneta de poupança, de todos os correntistas. O "Plano Collor" afunda o país na recessão e no desemprego.

O Iraque invade o Kuwait (2/8)

No Brasil, Collor toma posse e confisca os depósitos bancários, incluindo a caderneta de poupança, de todos os correntistas. O "Plano Collor" afunda o país na recessão e no desemprego.

O Iraque invade o Kuwait (2/8)

No Brasil, Collor toma posse e confisca os depósitos bancários, incluindo a caderneta de poupança, de todos os correntistas. O "Plano Collor" afunda o país na recessão e no desemprego.

O Iraque invade o

21 ANOS

Para nascer, nascemos...

Começo parafraseando Neruda: Para nascer, nascemos... Sobre as pessoas como sobre os partidos é possível dizer: "vocês ainda precisam aprender a viver", e temos ouvido muito essa advertência ao longo desses 21 anos. Não é possível, porém, exigir "vocês precisam aprender a nascer...". Não se aprende a nascer. Nascer é imperativo, na natureza como na história. Gosto de lembrar uma frase que ouvi, há alguns anos, de um importante dirigente do PSDB: "O PSDB nasceu de um drama de consciência, o PT de uma necessidade histórica". Para além do efeito musical e retórico que, sem dúvida, sensibiliza nossos ouvidos, é útil buscar entender de que *necessidade histórica* estamos tratando.

O partido, cujas contrações se iniciam em Vila Euclides, e se consuma no 10 de fevereiro de 1980, exprime a *necessidade histórica* de unificar as lutas dos trabalhadores brasileiros, pulverizadas pela destruição de suas organizações golpeadas pelo aparato policial militar na década anterior. E, ao liberar esse impulso, configurar um estuário amplo o suficiente para recolher e unificar diversas vertentes de uma esquerda que buscava, sob as mais difíceis condições, reencontrar-se com sua fonte de energia fundamental: as classes trabalhadoras.

Elas, as classes trabalhadoras, irrompem em São Bernardo, mas não apenas em São Bernardo. Trata-se de um nascimento, *renascimento* múltiplo, variado na geografia, no método, no pensamento e nas aspirações. São Bernardo recolheu os fios dessa renda que fora uredida na sombra e imprimiu-lhe a força de que necessitava para invadir os estreitos espaços de ação política que prevaleciam então. A derrota do regime militar se deu em etapas suficientemente longas para permitir a consertação de um novo pacto pelo alto que permitiu a retirada dos militares da cena política sem perdas importantes.

As eleições de 1982 apontaram o esgotamento político do regime, confirmaram os resultados dos pleitos de 1974 e 1978 e atribuíram ao PMDB um papel decisivo na transição pactuada. Estavam dadas as condições para o êxito do Colégio Eleitoral. Se, por um lado, os resultados de 1982 fizeram ruir o centralismo que prevalecera na década anterior, por outro, significaram a entrada em cena de novas oligarquias regionais e a resurreição de antigas oligarquias. Expõe-se assim um aspecto que se revestiu de alguma importância no período seguinte: o conflito agudo entre o "novo latifúndio" e as organizações emergentes dos trabalhadores rurais. Como definir esse "novo latifúndio"? O avanço do capitalismo no campo brasileiro a partir de 1966, com a criação da Sudam e o estabelecimento das políticas de incentivos fiscais, passou pela utilização desacelerada do Estado como captador de recursos do contribuinte para transferi-los, em geral a fundo perdido, a empresários, tivessem eles tradição na agricultura, fossem industriais, comerciantes ou banqueiros. O capital inicial desses valentes pioneiros foi graciosamente ofertado pelo Estado às custas do bolso do contribuinte. Para o que nos interessa aqui, tal política resultou no aparecimento do industrial latifundiário, da transnacional-latifundiário, do banqueiro-latifundiário. Traduzindo: as políticas agrárias e agrícolas do regime militar unificaram os interesses dos

OS GOPISTAS SÃO DERROTADOS, MAS GORBATCHOV PERDE O PODER E, EM DEZEMBRO, RENUNCIA À PRESIDÊNCIA. A PROCLAMAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA POR VÁRIAS REPÚBLICAS SOVIÉTICAS DETERMINA O DESAPARECIMENTO DA URSS. RÚSSIA, UCRÂNIA E BIELORRÚSSIA FORMAM A COMUNIDADE DE ESTADOS INDEPENDENTES. CEI (9/12)

LECH WALESIA ELEGE-SE PRESIDENTE DA POLÔNIA.

I CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, REALIZADO EM SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP (27/11 a 1/12).

1982

INSTALADA UMA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÍRITO (CPI) PARA INVESTIGAR ACUSAÇÃO

1983

EM SÃO PAULO, A POLÍCIA MILITAR DO GOVERNADOR LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO INVADE O PRESÍDIO DO CARANDIRU PARA

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

1984

INSTALADA UMA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÍRITO (CPI) PARA INVESTIGAR ACUSAÇÃO

DE TRÁFICO DE INFLUÊNCIA NO GOVERNO COLLOR, BATIZADO DE "ESQUEMA PC", PORQUE LIDERADO POR PAULO CESAR FARIAS, O "PC" (JUNHO). A CPI RECOMENDA A ABERTURA DO PROCESSO DE IMPEACHMENT.

ESTUDANTES SAEM ÀS RUAS DE SÃO PAULO PEDINDO O AFASTAMENTO DE COLLOR (11/8). É O INÍCIO DO MOVIMENTO "FORA, COLLOR" QUE SE ESPALHARÁ POR TODO O BRASIL.

COLLOR SOFRE IMPEACHMENT E ITAMAR FRANCO ASSUME A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (29/9).

ABIMAI GUZMÁN, PRINCIPAL LÍDER DO GRUPO GUERRILHEIRO SENDERO LUMINOSO, É CAPTURADO NO PERU (SETEMBRO).

EM SÃO PAULO, A POLÍCIA MILITAR DO GOVERNADOR LUIZ ANTONIO FLEURY FILHO INVADE O PRESÍDIO DO CARANDIRU PARA

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

1985

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

1986

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

1987

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

1988

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

1989

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

1990

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

1991

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

1992

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

1993

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

1994

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

1995

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

1996

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

1997

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

1998

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

1999

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2000

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2001

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2002

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2003

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2004

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2005

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2006

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2007

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2008

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2009

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2010

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2011

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2012

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2013

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2014

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2015

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2016

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2017

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2018

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2019

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2020

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2021

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2022

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2023

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2024

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2025

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2026

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2027

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2028

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS (21/4).

2029

PELEBÍSTICO NACIONAL CONFIRMA O REGIME PRESIDENCIALISTA, QUE RECEBE 55% DOS VOTOS

Congresso cidadão

A Assembleia Constituinte de 1987-88 foi possivelmente o melhor momento que viveu o Congresso Nacional em sua história. Poucas vezes no Brasil o Legislativo trabalhou em colaboração tão estreita com a sociedade, com tanta participação de movimentos sociais, sindicatos e todo tipo de entidades.

Nas eleições de 1986, que se deram no auge do sucesso do Plano Cruzado, o PMDB, do presidente José Sarney, se encontrava muito fortalecido. O partido chegou à Assembleia com nada menos de que 306 constituintes.

O PT, com apenas seis anos de existência, elegeu uma bancada de 16 parlamentares, dobrando sua representação na Câmara. Na ocasião, eu fui o deputado federal mais votado da história do país, com quase 652 mil votos.

O mais marcante é que o PT lutou como um leão e teve a ousadia de apresentar um projeto de Constituição e uma proposta de Regimento Interno para a Constituinte. Foi um feito que nenhum outro partido repetiu.

Os dois anos de trabalho ali foram de rico aprendizado político. Foi nesse momento que o PT se afirmou como partido, provando sua capacidade de negociação e consolidando uma reputação de competência na área parlamentar que persiste até hoje.

Basta dizer que, na Constituinte, dos dezenas de representantes do PT, treze tiveram nota 10 na avaliação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, sendo que os outros três tiveram 9,5 e 9. Fomos a bancada nota 10.

Os deputados petistas permaneciam em Brasília a semana inteira. Éramos uma caixa de ressonância da sociedade. Era incrível a quantidade de representantes dos mais diversos setores da sociedade que nos procuravam.

O resultado final do trabalho não foi a Constituição de nossos sonhos, mas certamente é a mais democrática que este país já viu. Não conseguimos mais porque, a partir do momento em que a direita percebeu que estava perdendo, articulou o famoso Centrão, que se constituiu em uma poderosa fonte de conservadorismo no andamento dos trabalhos.

Essa força também acabou transformando o parlamento quase que em



um balcão de negócios a serviço de interesses privados. O objetivo deles era neutralizar nossa atuação e diminuir o peso de Mário Covas, que era o principal negociador do PMDB e agia de forma honrada, cumprindo à risca o que acordava conosco.

Foi graças à força do Centrão que nós não pudemos avançar mais em pontos críticos como a reforma agrária e as mudanças na estrutura sindical. Conquistas importantes na área trabalhista deveriam ser reguladas posteriormente por leis ordinárias. Nós já imaginávamos que não seria fácil: até mesmo a Constituição anterior, de 1946, ainda não estava toda regulamentada quando nós já estávamos discutindo sua substituta.

O grande embate com os conservadores aconteceu na votação do mandato do presidente Sarney. Infelizmente perdemos.

Houve desdobramentos inacreditáveis em questões como o Capítulo referente às empresas estatais, por exemplo. Na época, praticamente todos os deputados foram favoráveis à sua manutenção. Pouco tempo depois, a partir do governo Collor, começou a ofensiva neoliberal, que desmontou de forma inconsequente todo o patrimônio público que as estatais representavam, com o apoio de muitos deputados que antes as defendiam. Nós jamais poderíamos imaginar que a privatização fosse ocorrer de forma tão rápida e selvagem.

Quando a Constituição ficou pronta, o PT permaneceu contra o resultado e não votou em plenário a sua aprovação. Nós assinamos o texto final, entretanto, como forma de registrar que participáramos do debate.

Quase treze anos depois,

nós percebemos que o que havia de mais avançado na Constituição não entrou em vigor, ou porque não foi regulamentado, ou porque o texto foi desfigurado, sobretudo por meio das Medidas Provisórias, que o atual governo vem utilizando de forma banal desde 1994. Como é que determinadas MPs já foram reeditadas mais de setenta vezes? É uma irresponsabilidade do governo, que conta com a convivência de uma boa parte do Congresso, a serviço do grande capital.

Fernando Henrique praticamente rasgou a Constituição. O Capítulo que versa sobre a Ordem Econômica, no qual nós havíamos conquistado

tantos avanços, foi retalhado a golpes de facão.

Hoje já não podemos dizer que o que restou da Carta de 88 possa merecer o nome de Constituição Cidadã, mas o PT continua na luta pelos mesmos princípios que nortearam nossas ações naquela Assembleia. E esperamos que os ideais de cidadania que nos levaram até Brasília possam um dia ser postos em prática, para acabarmos de vez com a herança de injustiça social que ainda vem das velhas leis da época colonial.

Luiz Inácio Lula da Silva, conselheiro do Instituto Cidadania.

E lá se vão 21 anos!
Vejam vocês! Lembro-me, como se fosse hoje, alguém dizer que o Partido dos Trabalhadores era divisionista, não chegaria a lugar nenhum ou era um partido "permitido" pela ditadura militar! Quanta bobagem! Nascemos, crescemos, atingimos a maioridade e hoje, ao completar 21 anos, somos, sem

dúvida, o mais belo projeto de organização político partidária do campo da esquerda que os trabalhadores brasileiros puderam construir.

Somos poder, de fato e de direito, e administramos, com invejável competência, fatia importantíssima do PIB nacional. O nosso modo de governar, longe das teorias liberais ou neoliberais, transformou o partido em uma referência internacional. Não há sindicalista em lugar nenhum do mundo que não se interesse pela história, os princípios e os objetivos do PT. E isso, companheiros, incomoda muita gente. Parabéns, PT, pelo seu aniversário. Vida longa e próspera. Juntos, construindo a sociedade solidária, humana e respeitosa dos direitos individuais e coletivos.

João Felicio,
presidente nacional da CUT



5º ENCONTRO NACIONAL DO PT
BRASÍLIA, 04 a 06/12/1987.

O 5º Encontro Nacional do PT ocorreu em 1987, após as eleições que consagraram Lula o deputado federal mais votado do país, com mais de 600 mil votos. O 5º Encontro detalha a estratégia democrática e popular, articulada com o socialismo; estabelece a política de acúmulo de forças; aprova a resolução sobre tendências; e faz detalhada análise da situação política conjuntural: a transição conservadora estava em crise, colocando-se na ordem do dia a possibilidade da conquista de um governo democrático e popular. O Encontro indicava então, que estavam criadas as condições reais para o PT abrir uma brecha no poder das classes dominantes, com a eleição de um candidato popular e socialista, embora tais condições apresentassem debilidades graves. Os resultados das eleições de 1988 e 1989 confirmaram, para o bem e para o mal, essa análise.

O PT, neste novo milênio, renova a esperança de construção de um mundo de paz, justiça, lar, pão, mel e poesia para todos os brasileiros.

Pedro Wilson, prefeito de Goiânia

IMPONDO NOVAS PERDAS AOS TRABALHADORES (28/5).

MORRE EN ACIDENTE AUTOMOBILISTICO EM ÍMOLA, NA ITÁLIA, O TRICAMPEÃO MUNDIAL AYRTON SENNA (19/5).

O CONSERVADORISMO PREPARA-SE PARA LANÇAR A CANDIDATURA FHC E MONTA UMA PODEROSA COALIZAÇÃO ENTRE PSDB, PFL E PTB (2/5). O BLOCO POPULAR E DEMOCRÁTICO, COM LULA À FRENT, FORMA A FRETE BRASIL POPULAR, COM PSB, PCdoB, PCB, PPS e PSTU (13/5).

PRIMEIRA GREVE GERAL NO PARAGUAI EM 36 ANOS, REIVINDICANDO AUMENTO DE 40% NO

SALÁRIO MÍNIMO.

ACORDO NO CAIRO, ENTRE ISRAEL E A OLP, CONFERE AUTONOMIA PALESTINA À FAIXA DE GAZA (4/5).

MORRE O POETA MÁRIO QUINTANA, AOS 87 ANOS (5/5).

A PROCURADORIA DA REPÚBLICA DENUNCIA ROMÉU TUMA, EX-DIRETOR DA POLÍCIA FEDERAL, POR ENVOLVIMENTO EM ESQUEMA DE CORRUPÇÃO NO INSS (17/5).

NELSON MANDELA ELEGE-SE PRESIDENTE DA ÁFRICA DO SUL, NAS PRIMEIRAS ELEIÇÕES REALIZADAS APÓS O FINAL DO APARTHEID (9/5).

O CONGRESSO ANISTIA PARTE DOS

108 MIL FUNCIONÁRIOS DEMITIDOS PELO GOVERNO COLLOR (10/5).

O NEOFASCISTA SILVIO BERLUSCONI TOMA POSSE COMO PRIMEIRO-MINISTRO DA ITÁLIA (11/5).

RELATÓRIO DA CPI DA PREVIDÊNCIA DENUNCIA ROMEU TUMA, EX-DIRETOR DA POLÍCIA FEDERAL, POR ENVOLVIMENTO EM ESQUEMA DE CORRUPÇÃO NO INSS (17/5).

O BRASIL TORNAR-SE "CAMPEÃO MUNDIAL" DOS CASOS DE COLEIRA, SEGUNDO A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, COM MAIS DE 18 MIL NOTIFICAÇÕES E 182 MORTES (23/5).

O FUNDADOR DO PARTIDO SOCIALISTA DOS

TRABALHADORES UNIFICADO - PSTU (5/6).

ROSA E JOSE LUIS SUNDERMANN, MILITANTES DO PSTU, SÃO MORTOS EM SÃO CARLOS-SP (12/6).

ENTRA EM VIGOR O REAL (19/7).

O BRESIL DERROTA A ITÁLIA E SAGRÁ-SE TETRACAMPEÃO MUNDIAL DE FUTEBOL, NOS EUA (17/7).

O GEOGRÁFO MILTON SANTOS, DA USP, RECEBE NA FRANÇA O PRÉMIO INTERNACIONAL VAUTRIN LUD (19/10).

FERNANDO HENRIQUE ELEGE-SE PRESIDENTE DO BRASIL COM 54% DOS VOTOS VÁLIDOS (3/10).

NA ITÁLIA, TRABALHADORES FAZEM GREVE GERAL E MILHÕES SAEM À RUAS EM PROTESTO CONTRA OS CORTES SOCIAIS PROPOSTOS POR BERLUSCONI (OUTUBRO).

JEAN-BERTRAND ARISTIDE, DEPOSITO EM 1991, REGRESSA AO HAITI E REASSUME A PRESIDÊNCIA DO PAÍS (15/10).

PRIVATIZAÇÃO DA EMBRAER (7/12).

MORRE TOM JOBIM (8/12).

BRASIL, ARGENTINA, URUGUAI E PARAGUAI ASSINAM TRATADO CRIANDO O MERCOSUL (17/12).

O BANCO CENTRAL INTERVEM NO

BANRESA E NO BANERJ (30/12).

CRISE LEVA O MÉXICO À BANCARROTA E À DESVALORIZAÇÃO DO PESO (DEZEMBRO).

SEPARATISTAS DA CHECHÉNIA ENTRAM EM CHOQUE COM TROPAS RUSAS.

1992

OS PETROLEIROS DÃO INÍCIO A UMA GREVE NACIONAL CONTRA O APROCHO SALARIAL (3/5), COMBATIDA DE FORMA TRUCULENTA POR FHC, QUE NÃO CUMPRIU ACORDO CELEBRADO POR ITAMAR COM A CATEGORIA EM 1994. O EXÉRCITO OCUPA REFINARIAS (24/5) E A MÍDIA FAZ UMA CAMPANHA

21 ANOS

1989: quase lá

As eleições de 1989 foram o momento em que forças socialistas como o PT, em toda a história do Brasil, estiveram mais perto de conquistar o governo central, segundo as regras das próprias classes dominantes. Apesar de ser uma experiência ainda única, os esforços para extrair suas lições e aprender com elas talvez tenham sido insuficientes.

A batalha de 1989, porém, faz parte da história do PT e da esquerda e relembrá-la pode ser útil, principalmente agora que as conjunturas ganham contornos semelhantes aos de 1986 a 1989. Com a diferença, é lógico, de que em 1988-89, a proposta de uma candidatura Lula para vencer era considerada irreal e triunfalista, sob os mais variados argumentos. Jam da falta de força do PT e da esquerda, do descenso das mobilizações sociais e do nosso despreparo para governar, até a suposição de que uma vitória do petista desencadearia um movimento golpista, que se devia evitar. Embora com alguma consistência - nossa força era pequena, o movimento social entrara em descenso e uma articulação golpista não podia ser descartada - aqueles argumentos não levavam em conta as tendências principais do momento histórico que o país atravessava.

Uma conjuntura excepcional

O período que vai de 1986 a 1989 apresentava uma conjuntura excepcional. Houve o fim do regime militar, a classe operária despontou como força social independente, multiplicaram-se os movimentos pela democratização política, a burguesia não conseguia unificar-se com um projeto comum e o governo da Nova República falha.

É verdade que havia um entulho autoritário. Os militares saíram sem sofrer uma derrota clara e mantinham certa tutela sobre o país. As eleições diretas haviam sido adiadas e o processo de democratização era lento e distorcido. Mas o plano original de distensão e abertura do regime virou caco pelo impulso das lutas operárias e populares, que conduziram o país a uma situação de abertura que jamais conhecerá.

Comparadas às votações do PCB em 1945-47, as do PT e outros partidos de esquerda, em 1982 e 1986, talvez não tenham sido proporcionalmente maiores. No entanto, enquanto em 1945-47 o sistema tinha força para impedir o registro de candidatos populares com vitória certa para prefeito, e mesmo para

cassar o prefeito comunista de Santo André, em 1982 e nos anos seguintes os conservadores já não tiveram condições de fazer algo idêntico. Tiveram que conviver com a presença de governos populares e socialistas.

Esse quadro tomou vulto em 1988, quando o PT conquistou as prefeituras de Porto Alegre, São Paulo e de outras cidades médias e pequenas. A ascensão política da esquerda parecia não ter por base uma ascensão dos movimentos sociais. Na verdade, a grande ampliação do eleitorado brasileiro criou um descompasso entre os segmentos envolvidos na organização e movimentação social e a grande massa que apenas se dispunha a protestar e indicar suas frustrações e expectativas por meio do voto.

Esse componente político importante da democracia de fachada de nosso país foi percebido por Collor e, depois, por FHC e seus marqueteiros, enquanto nós custamos a levá-lo em conta. Em 1988, já havia descenso das mobilizações sociais, mas também havia um crescente descontentamento das desorganizadas camadas mais pobres e dos trabalhadores e classes médias não organizadas. Esse descontentamento, e o desejo de vingança contra os corruptos e os que prometeram barrar os preços e não o fizeram, sugeriam que a esquerda poderia tornar-se o catalizador do descontentamento e do desejo de vingança e obter uma enxurrada de votos, como em parte aconteceu.

Outro componente inusitado da época foi a divisão do Império. Ainda escaldada com o fadado regime militar, e enfrentando pressões do capital transnacional pelo rearranjo do pacto de poder, a burguesia não se unificava em torno de um projeto comum. Isso se manifestou tanto nas divisões partidárias para a sucessão do general Figueiredo, quanto nas eleições de 1986 e 1988, na elaboração da Constituição e na impossibilidade de apresentar uma candidatura forte e de credibilidade, em 1989.

Algo também incomum no período, de intensa campanha neoliberal contra o socialismo e de derrocada do leste europeu, foram as pesquisas de opinião que apontavam a preferência dos brasileiros pelo socialismo, em comparação com o capitalismo, tornando relativamente inóquos os ataques genéricos ao socialismo do PT e demais partidos de esquerda.

Finalmente, o imperialismo



norte-americano estava manietado com seus compromissos "democráticos" na batalha pelo desmonte da União Soviética. Não poderia, como em 1964, apelar para ações extra-legais.

Assim, havia tendências objetivas favoráveis para que a candidatura Lula disputasse a Presidência para vencer. Para isso, o PT precisava: a) uma mobilização massiva e entusiasta da militância petista, da esquerda e dos setores populares; b) a compreensão de que os trabalhadores e a grande massa de marginalizados, excluídos ou despossuídos, deveriam ser o alvo principal da campanha; c) a possibilidade de manter o Império dividido, neutralizando e/ou atraindo uma parte de suas forças para o nosso lado; e, d) unificar a esquerda e os setores progressistas em torno de um programa comum, subordinando nossa estrutura organizacional e nossa comunicação a essas linhas e tendo como eixo estratégico principal a mobilização massiva.

A implementação da estratégia

A aprovação dessa estratégia de campanha foi tranquila no Diretório Nacional do PT, embora fosse descartado o objetivo de vencer. Mesmo não acreditando nessa possibilidade, ou talvez por isso mesmo, a direção do

partido concordou com uma linha cuja implementação demandava um trabalho de longo prazo. Suas fases principais englobavam: a definição das idéias-força capazes de conquistar, não só a militância, os setores populares organizados e setores ativos da grande massa do eleitorado, mas também a maioria dessa grande massa; a definição de um programa de governo que correspondesse a essas idéias-força e às aspirações das grandes massas e fosse capaz, também, de neutralizar ou atrair setores da burguesia; a preparação de um plano de comunicação, incluindo os programas gratuitos de televisão, que servisse fundamentalmente como mobilizador da militância, dos setores populares ativos e de todos aqueles que, pela empolgação, poderiam incorporar-se à campanha; as negociações com as forças políticas do chamado "arco de alianças" do PT e sua incorporação à campanha; e uma série de outras medidas políticas e organizativas necessárias para uma campanha daquele vulto.

Não houve consenso, porém, quanto a iniciar esse processo em 1988, no bojo das campanhas municipais. A coordenação nacional, embora existisse na figura de um membro da Executiva e de alguns militantes, na prática não existia como estrutura de direção da campanha. Ela só veio a se

constituir como tal em junho de 1989, com a incorporação de outros membros da Executiva Nacional. Além disso, por diversos motivos, inclusive financeiros, custamos a estruturar os demais setores, como comunicação, mobilização, informação etc.

No processo de mobilização massiva, o papel central foi desempenhado por Lula e não, como alguns supõem, pela Rede Povo e demais meios de comunicação da campanha. A missão estratégica de ir ao maior número de pontos possíveis do país e, com seus discursos, convencer diretamente o eleitorado de que a vitória dependia de sua mobilização, de sua participação na campanha, de que somente com milhões de pessoas tomando parte nos grupos e comitês de apoio seria possível derrotar a máquina dos ricos e poderosos, foi cumprida com sucesso por Lula, apesar das dificuldades e dos esforços exigidos. Sem ela, a Rede Povo não teria tido a matéria-prima para mostrar as mobilizações e incentivar mobilizações ainda maiores.

O problema é que apenas Lula e alguns poucos dirigentes partidários conseguiram criar empatia com os setores marginalizados da população. A maioria dos comitês e militantes da campanha teve intensa dificuldade para relacionar-se com eles e conquistá-los, residindo aqui uma das principais causas de nossa derrota. É verdade que esta não foi a única. Os dois milhões de voluntários mobilizados pela campanha estiveram muito aquém das necessidades para enfrentar a máquina conjugada do poder econômico e do aparelho de Estado, a serviço do filibusteiro Collor no segundo turno. Com isso, nos últimos dias da

campanha, já não tínhamos pernas para enfrentar todo o jogo sujo colocado nas ruas e na imprensa pelo Império.

Nessas condições, mesmo que não houvessem cometido o erro estratégico de aceitar o último debate no último dia do programa de televisão, deixando o campo aberto para que a Globo fizesse sua montagem, também não tivéssemos errado, em várias ocasiões, como no caso do apoio de Ulisses Guimarães, confundindo adversários táticos com estratégicos e deixando de somar forças para derrotar o inimigo principal, teríamos dificuldade em vencer porque nossa mobilização esteve aquém do necessário.

Um texto sintético como este não permite analisar todos os erros e desfeitos da campanha de 1989, assim como todos os seus aspectos positivos. Entretanto, podemos concluir que, se quase chegamos lá, isso se deve ao fato de havermos perseverado na linha de uma mobilização massiva, de haver feito um esforço real para conquistar os trabalhadores e as camadas marginalizadas da população e para unificar as esquerdas em torno de um programa comum.

Se tornarmos isso como base e, além disso, aprendermos a dividir o adversário e neutralizar e atrair alguns setores dele para o nosso lado (o que depende de termos força mobilizada e não apenas propostas atraentes), talvez possamos repetir, em 2002, a performance de 1989, em escala bem maior. Afinal, comparando as situações, as tendências atuais são muito semelhantes às de 1986 a 1989 e as eleições de 2000 não passaram de uma reprise ampliada de 1988.

Wladimir Pomar, membro do conselho de redação da revista Teoria e Debate, foi coordenador da campanha em 1989.

Há 21 anos decidimos inventar um novo futuro para o Brasil. Fomos chamados de loucos, divisionistas, sonhadores... Mas este desejo tomou conta dos nossos corações e mentes e fez nascer o PT.

Como bons pais, participamos do seu crescimento, acompanhamos seus primeiros passos, nos preocupamos com a formação dos seus princípios, nos orgulhamos dos seus atos de rebeldia... Agora o PT atingiu maioridade e tem em suas mãos a responsabilidade de construir um Brasil mais justo. Por acreditar nisso, continuam nos chamando de sonhadores, mas não importa, pois o PT continuará a ser o eterno jovem rebelde que mora dentro de cada um de nós.

**João Paulo,
prefeito do Recife**

TERRORISTA CONTRA OS PETROLEIROS, DUE PASSAM A SER ACUSADOS PELA ESCASSEZ DO GÁS DE COZINHA. OS SINDICATOS RECEBEM PESADAS MULAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO E A GREVE E ENCERRADA EM 2/6.

CERCA DE 300 MIL SERVIDORES FEDERATOS ENTRAM EM GREVE CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES DOS CORREIOS E DO SETOR ELÉTRICO, EM DEFESA DO MONOPÓLIO DOS SETORES DE PETRÓLEO E TELECOMUNICAÇÕES E POR REAJUSTE MENSAL DOS SALÁRIOS PELO ÍNDICE DO DIEESE (3/5).

A EMPRESA ESCA É AFASTADA DO PROJETO SIVAM POR TER APRESENTADO DOCUMENTAÇÃO FALSA

MA CONCORRÊNCIA PARA GERIR O PROJETO DE US\$ 1,4 MILHÃO (20/5). A ESCA ERA LIGADA À RAYTHEON, CORPORAÇÃO NORTE-AMERICANA ESCOLHIDA SEM LICITAÇÃO PARA FORNECER EQUIPAMENTOS AO SIVAM, POR PRESSÃO DIRETA DO PRESIDENTE DOS EUA, BILL CLINTON.

A EMENDA QUE MUDA A DEFINIÇÃO DE EMPRESA NACIONAL, RETIRANDO AS RESTRIÇÕES EXISTENTES AO CAPITAL ESTRANGEIRO, É APROVADA EM SEGUNDO TURNO PELA CÂMARA POR 349 VOTOS A 105 (23/5).

O GOVERNO ANUNCIA A DESINDEXAÇÃO TOTAL DA ECONOMIA E PROIBE OS REAJUSTES SALARIAIS. ALÍQUOES E MENSALIDADES

ESCOLARES SÃO LIBERADOS (30/6). CHACNA EM RONDÔNIA: A DESOCUPAÇÃO DA FAZENDA SANTA ELINA, EM CORUMBÁ, RESULTA NA Morte DE DEZ TRABALHADORES SEM-terra E DOIS POLICIAIS. A PRÓPRIA POLÍCIA FEDERAL CLASSIFICA COMO "MASSACRE" A AÇÃO DA PM (9/8).

VITIMA DE ERRO MÉDICO APÓS UMA OPERAÇÃO DE TRANSPLANTE DE FÍGADO, FALECE O SOCIOLOGO E DEPUTADO FEDERAL PETISTA FLORESTAN FERNANDES (10/8). GREVE GERAL DO FUNCIONALISMO PÚBLICO NA FRANÇA, CONTRA AS REFORMAS NEOLIBERAIS E EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA (14/12).

EM UMA SÉRIE DE VOTAÇÕES NA

CÂMARA FEDERAL, O GOVERNO FHC CONSEGUE AUTORIZAÇÃO PARA PRIVATIZAR GRANDE PARTE DO PATRIMÔNIO PÚBLICO NACIONAL: A 24/5, EN PRIMEIRO TURNO, A EMENDA QUE QUEBRA O MONOPÓLIO ESTATAL NAS TELECOMUNICAÇÕES, POR 348 VOTOS A FAVOR E 140 CONTRA; A 6/6, EMENDA QUE QUEBRA O MONOPÓLIO ESTATAL NAS TELECOMUNICAÇÕES, POR 348 VOTOS A FAVOR E 140 CONTRA; A 7/6, A CÂMARA APROVA EN PRIMEIRO TURNO A EMENDA QUE PERMITE A QUEBRA DO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO, QUE VIGORAVA DESDE 1953 (364 VOTOS X 141), E A 20/6 A EMENDA É APROVADA EN SEGUNDO TURNO (360 VOTOS X 129). EM JULHO, AGOSTO E NOVEMBRO, TODAS SERÃO APROVADAS PELO SENADO.

O GOVERNO EDITA MP INSTITUINDO O PROGRAMA DE ESTÍMULO À REESTRUTURAÇÃO E AO FORTALECIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (PROER), QUE CONCEDE PRIVILÉGIOS AS FUSÕES E INCORPORAÇÕES BANCÁRIAS, COMO O USO DE DINHEIRO PÚBLICO E A CRIAÇÃO DE LINHAS DE CRÉDITO (4/11). EM POUCO TEMPO O BANCO CENTRAL GASTARÁ MAIS DE 20 BILHÕES DE REAIS COM O PROER.

REVELADO TRÁFICO DE INFLUÊNCIA NA ESCOLHA DA EMPRESA QUE FORNECERIA OS EQUIPAMENTOS DO PROJETO SIVAM, SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA (18/11). O EPISÓDIO PROVOCOU A DUEDA DO MINISTRO DA AERONÁUTICA, MAURO GANDARA, NO DIA 19, E DO PRESIDENTE DO INCA, FRANCISCO GRAZIANDI (ACUSADO DE PROMOVER O "GRAMPO" TELEFÔNICO QUE REVELOU O ESCÂNDALO), NO DIA 27.

1996
MORRE O JORNALISTA PERSEU ABRAMO, DIRIGENTE DO PT (6/3). EM ELDORADO DO CARAJÁS, TROPAS DA POLÍCIA MILITAR DO PÁRA ASSASSINAM CON REQUINTES DE CRUELDADE 19 TRABALHADORES LIGADOS AO MST (17/4).

INSTITUÍDA PELO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT A FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (maio).

21 ANOS

Balanço e desafios da política externa do PT

A política externa do Partido dos Trabalhadores sofreu uma importante mudança a partir de fins dos anos 80 e começo dos 90.

Em 1989, a coordenação da campanha de Lula decidiu que o candidato presidencial do PT deveria viajar ao exterior - América Latina, Europa e Estados Unidos - para expor seu programa e estabelecer contatos com governos, partidos, sindicatos, organizações não-governamentais e personalidades. Essa viagem teve grande importância para conhecer novas realidades, estabelecer contatos e tornar o PT e seu candidato mais conhecidos.

Com Lula no segundo turno, o partido viu-se obrigado a improvisar uma série de iniciativas para dar respaldo internacional ao candidato. Criou-se uma comissão provisória de relações internacionais (a secretaria estava vaga desde a renúncia de Francisco Woffort, durante a campanha eleitoral) que conduziu as atividades externas até o 7º Encontro Nacional do PT, em junho de 1990.

Esse evento contou com expressiva presença de delegações internacionais e nele tomou-se a decisão de convocar, para menos de um mês após, um Encontro de Partidos e Movimentos de Esquerda da América Latina e do Caribe, o Foro de São Paulo.

As relações internacionais do partido ganharam mais amplitude e profundidade. Definiu-se um campo prioritário de relações - a América Latina - e, com o Foro de São Paulo, criava-se uma instância multilateral de articulação de partidos de todo o continente.

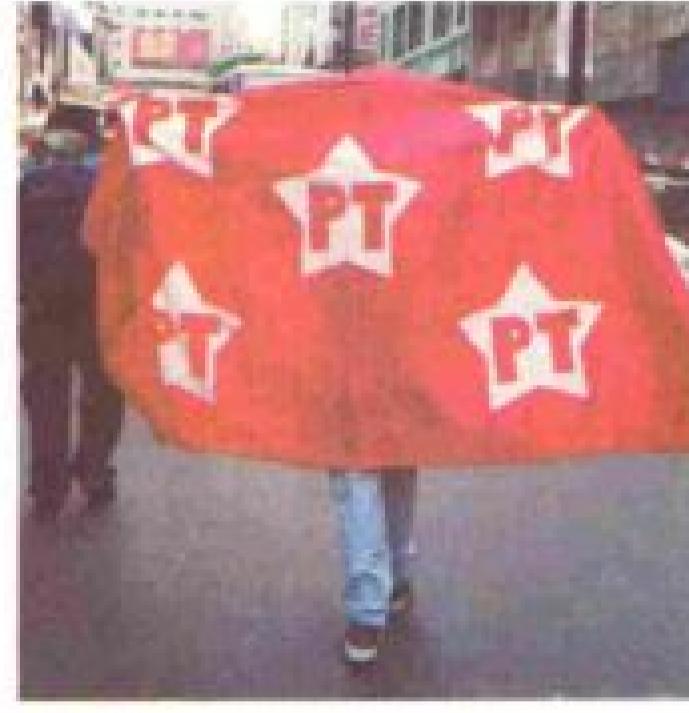
O primeiro Encontro, realizado aqui no Brasil, e que um ano depois, no México, seria batizado de Foro de São Paulo, ocorreu em momento particularmente difícil para as forças de esquerda do mundo inteiro.

A queda do Muro de Berlim era utilizada como poderosa arma de propaganda contra o socialismo. A ofensiva ideológica conservadora fora reforçada pelos avanços que as políticas neoliberais vinham obtendo em vários países do continente, especialmente no México, Argentina e Brasil, então sob a presidência de Collor de Mello.

Os debates do primeiro Encontro revelavam uma percepção suficientemente clara sobre o caráter perverso do projeto neoliberal, então fortemente celebrado pelos meios de comunicação.

Criticou-se não só seu impacto econômico, como a desconstrução social que provocaria, ao lado do enfraquecimento da democracia e do comprometimento da soberania nacional dos países do continente.

Nos encontros que se seguiram à reunião brasileira - no México, em Manágua, Havana, Montevideu, San Salvador, Porto Alegre, México e Manágua por



segunda vez - sofisticou-se a análise da América Latina e de situações nacionais específicas, ao mesmo tempo em que se construíam propostas alternativas para as esquerdas no continente, muitas delas testadas exitosamente em experiências de governo, especialmente municipais e estaduais.

O Foro de São Paulo tem um caráter heterogêneo, não só porque abriga organizações de distinto porte, como por reunir forças que têm visões ideológicas distintas, decorrentes muitas vezes de sua própria história.

A unidade que o Foro de São Paulo pôde estabelecer é eminentemente política e se traduz em debates, iniciativas políticas comuns e ações de solidariedade.

Um Grupo de Trabalho e uma Secretaria Executiva, exercida pelo PT, permite garantir um mínimo de iniciativas comuns entre um encontro e outro, assim como assegurar uma presença do Foro nos acontecimentos mais importantes em todo o continente.

O Foro teve uma grande repercussão para além da América Latina. Seus encontros contam com observadores de outros continentes e, ainda que com certo atraso, começam a preparar-se reuniões com forças de outros continentes, para aprofundar o debate sobre o estado do mundo hoje e articular iniciativas que permitam apontar para uma nova ordem mundial.

É evidente que a política externa do Partido dos Trabalhadores não se esgota na sua presença e ação no Foro de São Paulo. O PT mantém contatos com partidos e movimentos da Europa, África e Ásia.

Nossas relações internacionais obedecem a três critérios básicos: 1) criar, por meio de uma política de relações bi e multilaterais, condições para alterar as atuais relações de força no plano internacional,

profundamente desfavoráveis às forças progressistas e aos trabalhadores em geral; 2) ampliar nossa percepção do contexto internacional e 3) definir uma nova política externa para o Brasil que permita agora e, sobretudo no futuro, uma inserção

soberana do país no mundo e que contribua para a construção de um projeto nacional de desenvolvimento.

O Brasil, como grande parte dos países do continente, além dos constrangimentos que lhe são impostos pelo FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio e pelos grandes grupos econômicos e financeiros internacionais, vê-se hoje ameaçado pela criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), que pode comprometer de forma irreversível nossa produção agrícola e industrial e nossos serviços.

Como país mais atingido pela eventualidade de formação da Alca, o Brasil deve ter capacidade de articular em torno de si uma forte aliança que, mais do que impedir a proposta norte-americana, seja capaz de oferecer uma alternativa de integração que vá além da formação de zonas de livre-comércio. Trata-se de articular políticas industriais e agrícolas, fortalecer nossas bases educacionais, de ciência e tecnologia, homogeneizar políticas econômicas de desenvolvimento, garantir direitos sociais, fortalecer e aprofundar a democracia e promover a integração cultural.

O balanço dos dez últimos anos de política externa do PT convida a novas reflexões sobre como deve ser nossa postura no mundo de hoje. Há velhos desafios que não foram suficientemente enfrentados e novos que se colocam à nossa frente. Um deles - e que nem sempre é percebido com suficiente clareza pelos petistas - é o de compreender que a política externa de um partido (como de um país) é um componente essencial da política nacional.

Marco Aurélio Garcia, é membro da Comissão Executiva Nacional do PT. Desde 1990 ocupa a Secretaria de Relações Internacionais do partido, cargo de deverá deixar em março de 2001, como consequência de sua nomeação como Secretário Municipal de Cultura de São Paulo no governo Marta Suplicy.

FHC VENCE NO PRIMEIRO TURNO AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS, COM 53% DOS VOTOS VÁLIDOS, MAS REFERENDADO POR APENAS UM TERÇO DO ELEITORADO BRASILEIRO (35,9 MILHÕES DE ELEITORES, NUM TOTAL DE 106 MILHÕES). A SOMA DE ABSTENÇÕES, VOTOS NULOS E EM BRANCO ALCANÇA 22,8 MILHÕES OU 21,5% DO ELEITORADO. LULA RECEBE 21,4 MILHÕES DE VOTOS OU 31,7% DOS VOTOS VÁLIDOS (4/10).

O GOVERNO DA COLOMBIA CELEBRA ACORDO COM A ORGANIZAÇÃO GUERRILHEIRA FORÇAS ARMADAS REVOLUÇÃO (FARC), QUE PASSA A ADMINISTRAR UMA "ZONA DESMILITARIZADA" DE 42 MIL KM² (NOVEMBRO).

FHC CLASIFICA DE "INACREDITÁVEL" E DE "FALTA DE RESPEITO" AS INSINUAÇÕES DE QUE NOS PODERIA TER UMA CÓPIA DO DOCUMENTO DO PARÁISO FISCAL DAS TERRAS BASTIANAS, EM CONJUNTO COM MARCELO GOMES, JOSÉ SERRA E O MERCOSUL BERNARDO MOTTA (12/11).

O GOVERNADOR DA BAHIA, JOSÉ SÉRGIO DA FRONTEIRA, FERROU A GESTÃO DO MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES, LUIZ GREGORI MENDONÇA DE BARROS, E O PRESIDENTE DO BNDES, ANTONÉLIO RESENDE, DIZERES QUE O PROGRESSO É UMA DAS DIRETRIZES DO BNDES (21/11).

O GABO ENVOLVE TAMBÉM O PRESIDENTE DA BANRISUL.

O que desfizemos?

Em seu número 8, de outubro de 1989, Teoria e Debate - na época editada pelo Diretório Regional do PT-SP - circulou com uma "chamada" hoje tímida, mas que na época causou polêmica até mesmo entre os integrantes do Conselho de Redação da revista: "Socialismo Real - O que desfazer?". Com este título, a revista abria - ainda antes da queda do Muro de Berlim - um debate que se prolongaria de forma intensa por vários números sobre a crise do socialismo real e sobre o socialismo

uma visão crítica com relação ao sistema de Estado/partido único, pois, afinal de contas, socialismo vinha há décadas sendo identificado com o sistema existente na URSS e com a concepção da ditadura do proletariado. E é bom lembrar, a bem da história, que nem todos no PT eram tão críticos assim. Não por acaso, no exato momento em que caia o Muro havia uma delegação de petistas em Berlim Oriental fazendo um curso de "formação política".

Para o PT, naquele momento, tratava-se, com base naquelas definições

iniciais, de aprofundar nossa concepção de socialismo tanto da social-democracia quanto do chamado socialismo real.

No famoso discurso

pronunciado na primeira convenção oficial

do partido, realizada em

Brasília em 1981, Lula já

afirmava que: "não nos

convém (...) adotar a idéia

de socialismo para buscar

medidas paliativas aos males

sociais causados pelo

capitalismo ou para

gerenciar a crise em que este

sistema econômico se

encontra. Sabemos também

que não nos convém adotar

como perspectiva um

socialismo burocrático, que

atende mais às novas castas

de tecnocratas e de

privilegiados que aos

trabalhadores e ao povo".

Definições fundamentais,

mas bastante genéricas.

Sabíamos mais ou menos o

que não queríamos. E

ponto.

Apesar destas definições, o

desmoranamento do campo

do socialismo real, que tem

seu marco na queda do

Muro de Berlim, desabou

sobre a cabeça de todos os

socialistas do mundo,

mesmo daqueles que tinham

uma visão crítica com

relação ao sistema de

Estado/partido único, pois,

afinal de contas, socialismo

vinha há décadas sendo

identificado com o sistema

existente na URSS e com a

concepção da ditadura do

proletariado. E é bom

lembra, a bem da história,

que nem todos no PT eram

tão críticos assim. Não por

acaso, no exato momento

em que caia o Muro havia

uma delegação de petistas

em Berlim Oriental fazendo

um curso de "formação

política".

resolve que: "Para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia. Isso quer dizer que a concepção de socialismo do PT é substancialmente distinta de tudo que, enquanto concepção, vimos concretizado em todos os países do chamado socialismo real. Dizer isso implica recusar todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa a não ser ditadura do partido único sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios trabalhadores".

No II Congresso do PT, realizado em 1999 em Belo Horizonte, por consenso se reafirmaram as resoluções sobre socialismo aprovadas no VII Encontro Nacional e no I Congresso. Na década de 90, o PT resistiu ao pensamento único, o PT avançou em suas concepções socialistas e democráticas.

Passados mais de dez anos, a reunião do Fórum Social Mundial em Porto Alegre representa um novo marco. Relativizou-se bastante a hegemonia do neoliberalismo. Novos atores entraram em cena no plano internacional dizendo que é possível um mundo melhor. Davos se assustou e teve que ouvir. O PT estava presente ao lado de muitos outros. Sem hegemonismos, mas com consciência do papel internacional que desempenha. Um outro mundo é possível. Uma outra concepção de socialismo vem se gestando. Ainda que tenhamos muito a desenvolver, alguma contribuição teórica e prática demos a esse processo. O novo milênio começa bem!

Ricardo Azevedo, diretor da Fundação Perseu Abramo.

O PT completa 21 anos como partido de luta,

profundamente ligado aos movimentos sociais e ao mais

combativo movimento sindical. E também como partido de

governo, dirigindo muitas das principais cidades do país e três

Estados politicamente importantes. Este é um momento decisivo

na vida partidária, pois, de uma parte, existe a possibilidade da

criação de um senso comum puramente dirigente de frações do

Estado, conformando-se com os limites do possível dentro da

grande desordem neoliberal atual. De outra parte, existe o risco de

não compreender que a capacidade de governar e mudar para

melhor, mesmo dentro da ordem, é uma tarefa irrenunciável para

qualquer partido, no interior de uma democracia política, ainda que

restrita, pois terrivelmente subordinada à força do poder econômico.

Compreender esta rica tradição e trabalhar sobre ela de maneira

madura e consciente é precisamente o nosso desafio mais agudo no

próximo período, para que não nos tornemos apenas um partido

"melhorista", conformado com as humilhações e a opressão que

sobre a ampla maioria do nosso povo. Para que possamos ser o

partido das grandes mudanças sociais no país e de enfrentamento

à barbárie neoliberal.

Tarso Genro, prefeito de Porto Alegre (RS)

RIO GRANDE DO SUL (OLÍVIO DUTRA).

O TENENTE-CORONEL HUGO CHÁVEZ VENCE AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NA VENEZUELA, CONQUISTANDO 57% DOS VOTOS COM UM PROGRAMA NACIONALISTA E DE OPOSIÇÃO AO NEOLIBERALISMO.

O DESEMPREGO ATINGE 18% NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, O EQUIVALENTE A DOIS MILHÕES DE PESSOAS (OUTUBRO).

AGUSTO PINOCHET E DETIDO EM LONDRES, A PEDIDO DA JUSTIÇA ESPANHOLA, QUE PRETENDE PROCESSAR O EX-DITADOR CHILENO PELO ASSASSINATO DE CIDADÃOS ESPANHÓIS (OUTUBRO).

21 ANOS

Mulheres no PT: renovar os desafios

1991 foi um marco na história da luta das mulheres no PT. Quando um plenário de mais de mil delegados aprovou por maioria que, daí para frente, o partido passaria a ter uma cota mínima de 30% de mulheres em todas as suas instâncias de direção, diminuiu o lapso entre a igualdade que se prega e o que se aplica na prática partidária entre homens e mulheres.

Parte dos delegados, com certeza, se surpreendeu com a presença e a organização das mulheres durante o Congresso. A cada dia um novo boletim com artigos e opiniões sobre a proposta. Uma mobilização permanente para buscar as assinaturas de apoio dos delegados. Em vários momentos, atividades, argumentos, discussões para convencer individualmente os delegados e delegadas da necessidade e da justezza da proposta.

Um momento inusitado: desta vez, o encontro nacional do partido colocava como um ponto central de sua pauta uma proposta trazida pelas mulheres. Afinal de contas, a medida interferia nos critérios de eleição das direções partidárias. E incomodava também porque denunciava, por meio de uma proposição ousada, uma discriminação que parecia não se querer perceber.

Entre 1980, quando foi criado o PT, e o I Congresso realizado em 1991 (isto é, da Comissão Nacional Provisória aos cinco primeiros Diretórios Nacionais eleitos) a direção nacional do partido foi composta com uma proporção masculina entre 91,3% e 100%. Mesmo assim, havia - e ainda há - quem considerasse que os critérios para o acesso à direção se fundam exclusivamente na competência, na capacidade, na experiência política; como se a interpretação destes critérios não tivesse nada a ver com o fato de ser homem ou mulher, com o que se identifica como gênero.

Em diversos países já se discutiam medidas semelhantes diante do quadro de exclusão das mulheres dos espaços de direção política. O PT esteve à frente desta discussão no Brasil, tanto na organização partidária quanto na apresentação da proposta também para candidaturas ao parlamento, votada no Congresso Nacional alguns anos depois.

Quando o PT se formou, para uma parcela grande de militantes feministas engajadas na construção do partido se apresentavam novos desafios: fazer com que a proposta que se formava se identificasse com uma postura não discriminatória; construir o programa partidário e seu projeto para a sociedade comprometidos com a igualdade real, e não



apenas formal, entre homens e mulheres; lutar para que o partido fosse capaz de defender com a mesma garra os direitos das mulheres e os direitos do conjunto dos trabalhadores, que não repetisse um equívoco tradicional na história da esquerda de deixar para um futuro incerto - nunca chegando - a resolução automática das opressões de sexo e raça.

Estes desafios se mantêm vivos e se atualizam nas novas responsabilidades que o partido vai assumindo. Garantir uma visão de mundo em que relações de gênero e raça não se fundamentem em opressão, em que a "politicização do privado" possibilite romper com um mecanismo importante de desigualdade entre homens e mulheres. A proposta de ação afirmativa, na qual a política de cotas se destacou, foi um ponto importante para passar do "feminismo nos dias de festa", como o socialismo para a velha social-democracia europeia e para alguns modernos de hoje, para medidas práticas que, pelo menos no âmbito interno do partido, possibilitem atacar os aspectos mais evidentes da exclusão das mulheres.

Dez anos depois, a cota de mulheres nas direções partidárias está longe de ter produzido o efeito milagroso

de construir a igualdade real entre homens e mulheres no interior do PT. Nem seria possível que isto acontecesse ao largo do abismo de desigualdades e discriminações que permanecem na sociedade. Também não devem ser desprezadas novas dificuldades criadas para a aplicação do mecanismo de cota mínima de 30%, como a manutenção das mulheres em funções de menor responsabilidade e/ou visibilidade nas direções e o próprio esvaziamento dessas direções formais como espaços reais de decisão da política partidária. Mas a existência da cota produziu sim efeitos reais ao abrir espaço para o surgimento de várias mulheres como quadros políticos, algumas que já se incorporaram inclusive à "naturalidade" da formação das direções do PT.

Reafirmar o compromisso do PT com a conquista da igualdade entre homens e mulheres passa pela manutenção dos 30% e muito mais. É por esse "muito mais" que vale a pena continuar lutando.

Tatá Godinho, membro do coletivo da Secretaria Nacional de Mulheres do PT e coordenadora especial da mulher da prefeitura de São Paulo.



“Nossa maioria vem sendo construída na prática e nas lutas do dia-a-dia da classe trabalhadora. Ao atingir os seus 21 anos de idade, o nosso partido vai provando que é possível construir um Brasil mais justo, moderno, com ética e dignidade para todos.

Feliz aniversário para todos nós.

Jair Meneguelli, deputado federal PT-SP, presidiu a CUT da sua fundação, em 1983, até agosto de 1994

LIBERTADO PELO GOVERNO INGLÊS, QUE ALEGA "RAZÕES HUMANITÁRIAS" PARA O GESTO (MARÇO).

NA BAHIA, MANIFESTAÇÃO POPULAR ORGANIZADA PELO MOVIMENTO "BRASIL, OUTROS 500", EM PROTESTO CONTRA AS COMEMORAÇÕES OFICIAIS, É REPRIMIDA COM TRUCULÊNCIA PELA POLÍCIA MILITAR EM PORTO SEGURO (BA) E ADJACÊNCIAS (22/4).

O EXÉRCITO ISRAELENSE RETIRA-SE ÀS PRESSAS DO SUL DO LÍBANO, APÓS 22 ANOS DE OCUPAÇÃO, E A REGIÃO PASSA A SER CONTROLADA PELOS EFETIVOS DO HEZBOLAH (MAG).

TROPAS DA POLÍCIA MILITAR RECEBEM ORDENS DO GOVERNADOR MARIO

COVS PARA BLOQUEAR PASSEIO NA AVENIDA PAULISTA E REPRIMEM COM VIOLENCIA FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES EM GREVE. É A "BATALHA DA PAULISTA" (18/5).

NOVAS MANIFESTAÇÕES CONTRA O ARROCHO SALARIAL E EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS REÚNE 50 MIL FUNCIONÁRIOS E ESTUDANTES EM FRENTE AO PALÁCIO DOS BANDEIRANTES, EM SÃO PAULO (25/5).

GREVE GERAL NA ARGENTINA CONTRA AS MEDIDAS ECONÔMICAS ADOTADAS PELO PRESIDENTE FERNANDO DE LA RUA (9/6).

TERMINA A GREVE NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS

SUCESSO DO PLEBISCITO DA DÍVIDA EXTERNA, ORGANIZADO POR DIVERSAS ENTIDADES E PARTIDOS, ENTRE OS QUAIS A CNBB E O PT. FORAM APURADOS 6,1 MILHÕES DE VOTOS NO PLEBISCITO, O QUE REPRESENTA 5% DO ELEITORADO

REGISTRADO PELO TSE. MAIS DE 90% DOS VOTANTES DISSEERAM "NÃO" AO ATUAL ACORDO COM O FMI (4-6/9).

NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE OUTUBRO, O PT IMPODE UMA DURA DERROTA A FHC E AO BLOCO CONSERVADOR, ELEGENDO 187 PREFEITOS - 17 DAS 62 MAiores CIDADES BRASILEIRAS - ENTRE AS QUAIS SÃO PAULO, PORTO ALEGRE, BELÉM, RECIFE, ARACAJU, GOIÂNIA, GUARULHOS E CAMPINAS.

PROVOCADA DO GENERAL ISRAELENSE ARIEL SHARON, QUE VISITA A ESPLANADA DAS MESQUITAS EM JERUSALÉM, PROVOCA ONDA DE INDIGNAÇÃO ENTRE OS PALESTINOS.

REFUGIADO EM TÓQUIO, ALBERTO FUJIMORI ANUNCIA A RENÚNCIA A SEU TERCEIRO MANDATO DE

21 anos de ética na política

"Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal."

(Immanuel Kant)

que não se norteiam pelo princípio da ética) e a suspeções (o PT nunca se esquia à auto-investigação).

O rigor com o princípio da ética parece nunca ser exagerado. Sua flexibilização, como pregou FHC quando interpretou Weber, corrói as entranhas da instituição e dilacera a credibilidade que um partido detém na sociedade. Assim pregou Rui Barbosa, em *Ruínas de um governo*: "Todas as crises, portanto, que pelo Brasil estão passando, e que dia a dia sentimos crescer aceleradamente, a crise política, a crise econômica, a crise financeira, não vêm a ser mais do que sintomas, exteriorizações parciais, manifestações reveladoras de um estado mais profundo, uma suprema crise: a crise moral".

A citação sobre a denúncia contra o presidente da República, subscrita por Barbosa Lima Sobrinho e Marcelo Lavenç, serviu para retirar do trono um dos expoentes da criminalidade na política brasileira, Fernando Collor de Melo. O episódio, de 1992, ilustra a disposição partidária em perseguir a ética na política.

No momento em que as principais forças políticas apressaram-se em pedir cautela, o PT exigiu esclarecimentos desde o início das primeiras denúncias - como a entrevista do irmão do presidente, Pedro Collor de Melo, apresentando o pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito.

Grupos, como os partidos políticos, não podem prescindir de princípios de conduta, como a justiça, a igualdade, a honestidade, a transparência e a participação popular. Sem esses ingredientes, a política transforma-se na farsa do alvo, o bem-estar social, que só poderá ser alcançado após interminável crescimento econômico quando, então, o bolo será dividido (fórmula repetida pelos expoentes do Fórum Econômico Mundial, em Davos, este ano). A farsa comporta, então, brechas para ações que permitem a locupletação permanente dos que detêm o poder. O político não pode se desfazer de sua "responsabilidade" na conduta pessoal (ou moral) enquanto busca o bem-estar da coletividade.

No Partido dos Trabalhadores, sempre disposto a discutir e rever suas propostas, alguns princípios são inarredáveis. Entre eles, o da preservação da ética na política. A fixação em manter seus quadros e dirigentes em um estreito padrão de conduta levou o partido a defecções (dispensou participação de políticos de má conduta, mesmo que expressivos eleitoralmente), a rejeições (evitou em seu meio aqueles

que investigou as denúncias contra Paulo César Farias, tesoureiro de campanha do então presidente, as iniciativas de boa parte dos partidos eram a de formar escudo contra as acusações que atingissem o Palácio do Planalto ou simplesmente evitar que a fermentação do episódio levasse a rumos que desestabilizassem a governabilidade. Na verdade, era justamente a inexistência de qualquer forma de ética da conduta pessoal (ou moral) enquanto busca o bem-estar da coletividade.

Destituir o governante mais poderoso do país resultou da junção de circunstâncias que conduziram a um dos mais importantes momentos históricos da política brasileira vivido por toda a nação. É possível, porém, elencar fatores decisivos, como a participação independente da imprensa brasileira, sem os quais, a trajetória que culminou no impeachment de Collor poderia ter sido alterada.

Neste momento de maturidade, de conquista de espaços estratégicos da administração pública e com a perspectiva do poder central se avizinhando, o PT deve insistir que é preciso desprivatizar o Estado, ainda sob o domínio de políticos que não distinguem o interesse pessoal do coletivo. A corrupção sistêmica instalada no país não prejudica somente a economia: também enfraquece e desmoraliza as instituições democráticas e corrói o tecido social. A ética na política é um princípio essencial de qualquer regime que se pretenda efetivamente democrático, e não um acessório. Tem que estar, portanto, acima de indivíduos, interesses particulares e circunstâncias. A responsabilidade com a ética é um dos mais importantes patrimônios do Partido dos Trabalhadores.

Nos trabalhos da CPI que investigou as denúncias contra Paulo César Farias, tesoureiro de campanha do então presidente, as iniciativas de boa parte dos partidos eram a de formar escudo contra as acusações que atingissem o Palácio do Planalto ou simplesmente evitar que a fermentação do episódio levasse a rumos que desestabilizassem a governabilidade. Na verdade, era justamente a inexistência de qualquer forma de ética da conduta pessoal (ou moral) enquanto busca o bem-estar da coletividade.

A ética da responsabilidade, na sistematização de Weber. No pleito de 2000, entre outros fatores, pesou em uma das maiores conquistas eleitorais do partido a consciência do eleitor de que, por mais que sobejem casos de corrupção na administração pública, os quadros petistas raramente são envolvidos. E, nos raros casos, a atitude de seus dirigentes nunca é complacente com os denunciados, embora se lhes garanta o direito amplo de defesa.

Neste momento de maturidade, de conquista de espaços estratégicos da administração pública e com a perspectiva do poder central se avizinhando, o PT deve insistir que é preciso desprivatizar o Estado, ainda sob o domínio de políticos que não distinguem o interesse pessoal do coletivo. A corrupção sistêmica instalada no país não prejudica somente a economia: também enfraquece e desmoraliza as instituições democráticas e corrói o tecido social. A ética na política é um princípio essencial de qualquer regime que se pretenda efetivamente democrático, e não um acessório. Tem que estar, portanto, acima de indivíduos, interesses particulares e circunstâncias. A responsabilidade com a ética é um dos mais importantes patrimônios do Partido dos Trabalhadores.

Aloizio Mercadante (SP), foi membro da CPI do Collor, é economista e professor licenciado da PUC e Unicamp, deputado federal e líder do PT na Câmara.

GERANDO UMA NOVA "INTIFADA" (28/9).

NA IUGOSLÁVIA, INSURREIÇÃO POPULAR DERROU O PRESIDENTE SLOBODAN MILOSEVIC, DERROTADO NAS ELEIÇÕES (5/10).

NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE OUTUBRO, O PT IMPODE UMA DURA DERROTA A FHC E AO BLOCO CONSERVADOR, ELEGENDO 187 PREFEITOS - 17 DAS 62 MAiores CIDADES BRASILEIRAS - ENTRE AS QUAIS SÃO PAULO, PORTO ALEGRE, BELÉM, RECIFE, ARACAJU, GOIÂNIA, GUARULHOS E CAMPINAS.

REFUGIADO EM TÓQUIO, ALBERTO FUJIMORI ANUNCIA A RENÚNCIA A SEU TERCEIRO MANDATO DE

21 ANOS

Lutas e conquistas populares

O PT vai comemorar seus 21 anos no dia 10 de fevereiro e vai continuar a fazê-lo durante todo o ano, com muitas festas, shows, lançamentos de livros e CDs, mas, principalmente, articulando a mobilização de seus militantes nos movimentos sociais, em todo o país, para o enfrentamento de problemas como o desemprego, concentração da propriedade e da renda e a exclusão social, econômica, cultural e política decorrentes do projeto neoliberal aplicado pelo governo FHC.

Impulsionar e organizar as lutas populares são compromissos históricos do Partido dos Trabalhadores - que tem suas raízes e sua origem exatamente nas mobilizações contra as diferentes formas de opressão, exploração, marginalização e exclusão, em uma busca constante para incorporar a história da resistência indígena, negra e popular.

Um momento marcante da trajetória de compromisso do PT com os movimentos populares foi a participação do partido e de seus militantes na construção da Central de Movimentos Populares (CMP). O mesmo impulso que originou a fundação do PT e da CUT, no início dos anos 80, deu origem também à Anampos (Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais), embrião da CMP, fundada em outubro de 1993, no Congresso de Belo Horizonte. A partir daí, a CMP vem se constituindo como a referência nacional dos movimentos populares, articulando suas reivindicações numa perspectiva geral de luta contra o neoliberalismo. A conjuntura que enfrentamos é o momento histórico que estamos vivendo requerem do partido e da sua militância a reafirmação dos laços de compromisso e de sua relação histórica com os movimentos populares.

Nossa visão estratégica, de disputa de hegemonia na sociedade, requer uma relação privilegiada com os setores excluídos que, em geral, se organizam por meio dos movimentos populares, ou pelo menos têm nestes uma referência política aglutinadora.

A articulação das lutas e a sua politização, para um enfrentamento global em todos os níveis, passa pela formação de lideranças, em níveis nacional e estadual, para que sejam porta-vozes das lutas específicas, aglutinadas em torno de eixos políticos claros, capazes de formular um

discurso ideológico e político. Para tanto, é preciso que o PT tenha iniciativas fortes de formação política de base e de quadros, a partir das demandas e das potencialidades populares.

Ao mesmo tempo que constrói e disputa as entidades dos movimentos populares, é fundamental que o PT continue priorizando a construção e o fortalecimento da Central de Movimentos Populares, como um instrumento de aglutinação e unificação das lutas sociais.

Devemos aprofundar também nossa discussão em relação à atuação que os militantes desenvolvem nas instâncias de participação popular municipais e estaduais. Nunca antes o PT teve tanta representatividade institucional como agora. Os movimentos populares foram protagonistas importantes dessas vitórias. Foi o acúmulo de mais de vinte anos de luta e resistência popular que nos deu o impulso necessário para superar a extraordinária força dos nossos inimigos de classe.

A ocupação dos espaços institucionais só deve interessar ao PT como expressão política de sua natureza popular e de seu caráter progressista - de quem luta pelo socialismo. Caso contrário, o PT pode se tornar mero apêndice da estratégia neoliberal, em que certo matiz de esquerda ajuda a colorir um cenário político aparentemente plural e formalmente democrático.

Ora, essa identidade genuína do PT só será assegurada se a sua relação com os movimentos populares for a de parceiros que, distintos, complementam-se, sem que um queira absorver, excluir ou tutelar o outro. Assim, os dois estão semeando as bases da futura e verdadeira democracia.

O próprio exercício da participação popular e da luta política deixará clara a contradição entre as necessidades populares, que são imensas, e os limites das possibilidades estruturais, financeiras e políticas de nossos governos. Perceber tal contradição deve servir para avançarmos na consolidação de uma hegemonia popular na defesa não apenas de um governo, mas de um projeto, de um sonho, de uma (mesmo que pequena) vitória mundial contra a opressão capitalista.

Sonia Hypolito, secretária nacional de Movimentos Populares do PT.

O Artigo 2º das Disposições Transitórias, da Constituição de 1988, estabelecia: "No dia 7 de setembro de 1993 o eleitorado definirá, através de plebiscito, a forma (república ou monarquia) e o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) que devem vigorar no País". Em 1993, Lula liderava as pesquisas, o que certamente contribuiu para que setores dominantes buscassem meios de esvaziar uma vitória das esquerdas. O parlamentarismo com seus ares "democráticos" servia a esta manobra. Por vontade dos parlamentaristas, o plebiscito foi antecipado para 21 de abril.

As classes dominantes, no entanto, não estavam agindo como um bloco. Na revisão constitucional de 1993 não se colocaram de acordo sobre as reformas neoliberais. Por isso, essa tentativa fracassou. A demolição da Constituição só seria retomada depois da união sagrada do centro com a direita em torno de FHC. Também no item sistema de governo não havia unidade. O tucanato era unânime em seu parlamentarismo esperto, mas ACM e Marco Maciel ficaram do outro lado.

A maior curiosidade corria por conta do PT, que jogava contra suas próprias redes. A grande maioria da direção nacional de declarava parlamentarista, embora saltasse às vistos que o parlamentarismo era uma manobra destinada a esvaziar uma vitória do PT. Outros petistas, mais extravagantes, proclamaram-se monarquistas.

Felizmente, no I Congresso do PT, realizado em 1991, aprovou-se a realização de um plebiscito interno para estabelecer a posição do partido sobre a questão. Nossos parlamentaristas costumam questionar as motivações da maioria da base que votou presidencialismo. Seríamos primários, nada entendíamos de democracia. Mas esta é uma outra questão. O certo é que o plebiscito interno demorou, aconteceu às vésperas do plebiscito nacional, o que não deixou de nos paralisar.

Por 55% a 24,7% o presidencialismo ganhou folgado, apesar dos esforços em contrário de certa imprensa. As matérias de página inteira da Folha de S. Paulo, de 24 de abril de 1993, por exemplo, não deixam dúvidas sobre os engajamentos do jornal: "Parlamentarismo vence em cidades do interior de São Paulo", "40% dos eleitores não opinam no plebiscito".

O plebiscito sobre o sistema de governo

Isso em um dia em que a apuração mostrava uma vitória ampla do presidencialismo, o que não mereceu o mesmo destaque.

O debate foi pobre. O presidencialismo era representado por suas caricaturas ditatoriais da América Latina. O parlamentarismo mistificado era apresentado como panacéia para todos os males. No debate interno do PT, os presidencialistas eram suspeitos de sonhar com uma espécie de golpe revolucionário que seria impulsionado pela vitória de Lula.

Não se tomava em consideração o discurso dos presidencialistas que recusavam o

parlamentarismo apenas por considerar que o outro sistema é mais democrático. Como o parlamentarismo era considerado mais democrático pela graça de Deus, os presidencialistas foram obrigados a lembrar que alguns dos ditadores mais célebres do século - Hitler e Mussolini, na vanguarda - chegaram ao poder em regimes parlamentaristas. Isto para não falar que nosso império escravista, falecido em 1889, era parlamentarista e que este sistema voltou em 1961, por meio de um golpe dos militares que queriam impedir a posse legítima de Jango, e que este sistema seria derrotado no plebiscito de 1963.

Avançando no terreno da magia, o parlamentarismo era apresentado como o sistema vigente em quase todos os países desenvolvidos. Seus defensores buscavam estabelecer uma correspondência mecânica entre o sistema de governo e o grau de bem-estar social alcançado por um determinado país. Esta mistificação tinha lá suas limitações. Requeria esquecer que países como a Índia e Bangladesh são também parlamentaristas e que nem por isso figuram na vanguarda do bem-estar social.

Outra inversão frequente até entre os que declaravam voto presidencialista é que o país, dada a excelência do parlamentarismo, ainda não estava preparado para usufruir de suas virtudes. Besteiro! Em verdade o parlamentarismo é o sistema de governo que corresponde à transição do feudalismo para o capitalismo, é um pacto entre a nobreza decadente e a burguesia ascendente. Nos Estados Unidos, como não houve Idade Média, criou-se o presidencialismo, mais democrático e com um parlamento mais forte. Não há no mundo Congresso

mais forte que o norte-americano.

A idéia de que o parlamentarismo fortaleceria o Legislativo era absolutamente falsa. Neste sistema, o Legislativo torna-se um apêndice do gabinete. 89% das leis da Inglaterra são de iniciativa do gabinete e a Câmara dos Comuns, eleita pelo povo, é tão forte que um dia desses, pela segunda vez, aprovou uma lei proibindo a caça à raposa. Na primeira vez este projeto foi derrotado pela Casa dos Lordes.

hereditária. A ver se desta vez os Lordes abrirão mão das raposas. Nos Estados Unidos o Congresso é

realmente um poder.

Mas o pior serviço que a idéia parlamentarista presta ao Brasil é que ela serve para obscurecer as reformas necessárias para melhorar e democratizar o presidencialismo. Uma tarefa central das forças democráticas hoje é lutar pela eliminação do instituto das Medidas Provisórias, excrescência do parlamentarismo italiano introduzida a força em nossa Constituição presidencialista.

Outras tarefas democráticas existem e elas são igualmente obscurecidas pelos rouxinóis do parlamentarismo. Poucos falam do estabelecimento do princípio elementar de que

em uma democracia a cada cidadão deve corresponder um voto e que nossa "proporcionalidade" assegura uma subrepresentação do eleitorado de São Paulo na Câmara de Deputados e uma super-representação dos Estados do Norte e do Centro-Oeste.

É um erro pensar que o parlamentarismo, rejeitado em plebiscitos, está fora da pauta. Alguns juristas sustentam que o presidencialismo virou causa pétreia da Constituição. Nem por isso a questão está arquivada. Neste momento tramita uma Proposta de Emenda Constitucional, encabeçada pelo companheiro Eduardo Jorge, que visa introduzir o parlamentarismo. Temos também uma iniciativa do companheiro Jaques Wagner, no STF, que solicita àquela corte que declare o presidencialismo cláusula pétreia da Constituição. Estas iniciativas em sentidos opostos sugerem que, no quadro do debate sobre reformas políticas, o PT volte à questão do sistema de governo, antes que sejamos divididos novamente por uma manobra de quem fala de democracia mas busca reduzir os espaços da liberdade.

Athos Pereira, chefe de gabinete da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

21 anos depois do PT
nascer defendendo os trabalhadores, aonde vai o Brasil? Aonde vai o PT?

A nação está ameaçada pela desagregação. Com a Alca, o Plano Colômbia e a dolarização. Em todo lado, direitos e garantias sociais são atacados. Para enfrentar o imperialismo, que ajuda traz o badalado Fórum de Porto Alegre? Resolve o que a proposta do especulador Soros e da ONG Attac de taxar a especulação em "zero-vírgula-algo"? Para as ONGs, amplia recursos para integrar sindicatos e organizações no "ajuste", dissolvendo-as na "sociedade civil".

O Banco Mundial não se engana ao apoiar o "orçamento participativo". É um meio para cooptar e dividir organizações na disputa das migalhas do orçamento esmagado pela dívida. 21 anos depois, o PT tem a responsabilidade. Com a derrota de FHC nas eleições, o PT foi, como nunca, levado a governar prefeituras para educação, saúde, moradia e transporte.

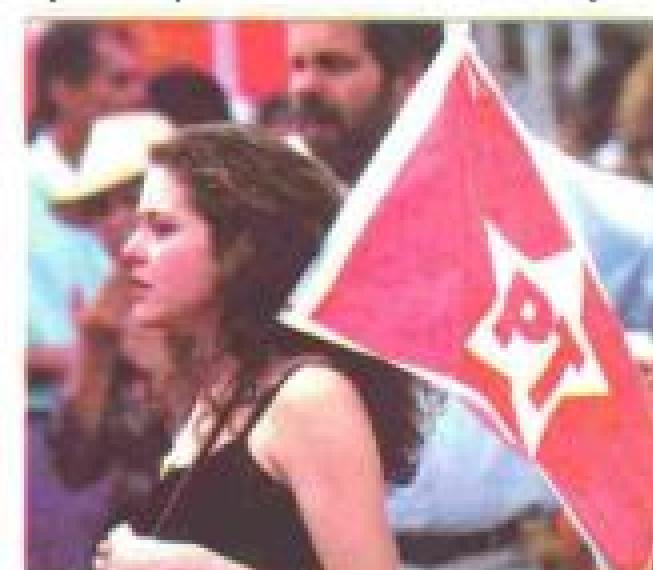
Mas FHC espera que - por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal - nossos prefeitos apliquem o ajuste que garante a dívida. Constatamos que Sayad, secretário de Marta Suplicy, começou a pagar o acordo Pitta-FHC que esmaga São Paulo. Palocci, prefeito de Ribeirão Preto, declara "não quero reformar a LRF, vou aplicá-la".

Não foi este o mandato das urnas, nem foi para isso que se fundou o PT. Milhões esperam outra coisa. Milhares se revoltam, outros se interrogam, inclusive nas prefeituras: aonde vamos parar assim? Seria um desastre para a nação e uma punhalada no PT.

21 anos depois, mais do que nunca é preciso ser fiel ao mandato: sim às reivindicações, não ao pagamento da dívida, não à LRF!

O apoio do povo não nos faltará para romper o acordo do FMI, terminar com FHC, e, pela democracia, abrir um futuro para a nação.

Markus Sokol, membro do Diretório Nacional do PT



PRESIDENTE DO PERU (19/11).

COLOCADO À VENDA EM LEILÃO, DANESE é comprado pelo Banco Espanhol Santander (20/11).

MORRE O EX-PREFEITO DE SANTOS E DIRIGENTE DO PT, DAVID CAPISTRANO (10/11).

2001

O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL REÚNE MILHARES DE PESSOAS EM PORTO ALEGRE, EM VIGOROSO PROTESTO CONTRA O NEOLIBERALISMO (25-30/11).

Em DAVOS, SUÍÇA, A POLÍCIA BLOQUEIA AS ESTRADAS E REPRIME

A evolução da política de alianças

Nos seus 21 anos de existência, o enfoque que o PT conferiu às alianças partidárias e eleitorais passou por sucessivas fases, constituídas de acertos e erros. Nos seus primeiros anos o partido manteve um certo isolacionismo purista, necessário para a sua afirmação e consolidação. Esse processo qualificou a especificidade do PT, sua autonomia e sua identidade político-programática junto à sociedade. Dificilmente o PT seria hoje o que é em termos de expressão e influência se não tivesse buscado afirmar um perfil próprio e autônomo. Em termos institucionais, a atuação da pequena e aguerrida bancada petista na Constituinte conformou o momento simbólico da afirmação da especificidade partidária.

Mas a Constituinte foi um experimento que começou a indicar ao partido a necessidade de alianças políticas e eleitorais. Essa percepção amadureceu também no rastro da nossa desastrosa administração em Fortaleza e da nossa primeira e difícil administração da cidade de São Paulo. Na medida em que o PT, de forma crescente, foi ocupando espaços institucionais, as suas responsabilidades e os imperativos da luta política estabeleceram exigências crescentes de alianças. A nossa experiência na eleição presidencial de 1989 sacramentou a idéia de uma aliança com as outras agremiações de esquerda.

O impeachment de Collor, contudo, criou uma nova situação política no país. A direita política, agregada no PFL e no malufismo, saiu derrotada e desmoralizada. O próprio impeachment só teve um desfecho positivo devido à aliança da esquerda com o centro. As principais lideranças petistas no Congresso tiveram uma atuação decisiva para viabilizar essa aliança. A derrota da direita, a fragmentação do centro em várias legendas, a constituição do governo Itamar com um caráter frentista e a situação de crise econômica do país criaram as condições para que se estabelecesse uma disputa de alternativas e uma busca de alianças para enfrentar o jogo sucessório de 1994.

Julgo que foi nesse momento de transição, sob o governo Itamar, que cometemos os nossos maiores erros. Quanto à realidade do país, não conferimos a devida importância à necessidade de disputar um programa de combate à inflação e de reformas constitucionais e institucionais. E quanto ao jogo político, o PT simplesmente sistematizou sua oposição ao governo Itamar sem estabelecer pontes com setores disputáveis de centro, que estavam no governo.

Subsidiariamente, no plebiscito sobre sistema de governo, o PT se afastou dos setores de centro ao optar pelo presidencialismo.

Acredito que o mais correto teria sido o estabelecimento de uma



relação positiva com o governo Itamar, sem, contudo, integrá-lo. Essa relação poderia ter se desenvolvido no Congresso por meio de acordos e alianças em torno de eixos políticos com setores de centro. Se tivéssemos optado pelo

parlamentarismo também teríamos melhores condições de marchar para a constituição daí que hoje denomino de uma aliança de esquerda-centro. Isto é, uma aliança na qual a esquerda aparece na condição de preeminência em relação ao centro. Assim, a alternativa de centro-direita,

capitaneada por FHC, se gestou a partir do isolamento da esquerda e da falta de percepção pelo PT da necessidade de disputar um programa de reforma econômica e constitucional. A posição refratária que tivermos em relação à fracassada revisão constitucional representou uma visualização clara de que não tínhamos um programa de mudanças para o país. Mesmo já no governo Fernando Henrique não damos a devida importância na disputa congressual quanto em torno das reformas. Não fomos capazes de opor ao conjunto de reformas neoliberais uma alternativa consistente que fosse capaz de agregar forças no nosso campo. De

qualquer forma, a partir do

Plano Real e da candidatura FHC, o PSD tornou-se o

centro racional da

articulação da hegemonia de centro-direita.

Consolidada a hegemonia de centro-direita, então o PT, agora corretamente, definiu-se por articular uma oposição de esquerda. Nas eleições municipais de 1996, apesar da nossa boa votação no primeiro turno, colhemos um insucesso no cômputo final. A tática de sobrevivência que adotamos nas eleições gerais de 1998, no essencial, também foi correta. Em que pese a vitória de FHC ainda no primeiro turno, o fato é que a candidatura Lula afirmou uma série de pontos políticos que adquiriram legitimidade na sociedade.

Além disso, a nossa bancada

parlamentar se ampliou e conquistamos três governos de Estados. A tática da sobrevivência, porém, nos cobrou um alto preço no Rio de Janeiro. A aliança que a direção nacional forçou em torno de Garotinho não correspondeu às expectativas. Olhando retrospectivamente, precisamos reconhecer que a intervenção na seção do PT carioca e a imposição daquela aliança foi um erro.

A perspectiva para 2002 é a de um quadro de fragmentação da oposição de esquerda e centro-esquerda. Não é de todo improvável que surja também mais de um candidato nos setores que hoje compõem a base governista. Este quadro não necessariamente será desfavorável ao PT. A existência de mais de duas candidaturas competitivas pode garantir um segundo turno entre um candidato da base governista e o candidato do PT. Nestas condições, a aliança se formaria no segundo turno. De

qualquer forma, o que importa para o PT, neste momento, é começar a definir um programa que contemple um projeto de nação, uma alternativa econômica viável e que agregue interesses sociais e econômicos amplos. As alianças que devemos buscar neste momento se situam fora do âmbito partidário. Isto é, devemos ampliar a nossa base de sustentação social.

José Genoino, deputado federal PT-SP.

Meios de comunicação como estratégia de guerra

Nos seus 21 anos de existência, o PT só tem sido maltratado pela grande imprensa brasileira. Como um filho enfeitiado de uma grande família senhorial, cresceu levando pancadas de todos os lados. Parece que um partido político de trabalhadores é dose demais para as nossas elites.

Esse padrão negativo de relacionamento delineou-se primeiro no massacre dos trabalhadores rurais pela Polícia Militar durante a greve em Leme, interior de São Paulo, ainda em 1986. A mídia deu ampla guarda à tentativa grosseira da Polícia Militar de atribuir a autoria dos tiros que mataram os bôias-frias a deputados do PT, que ali estavam para se solidarizar com os grevistas. O mesmo contínuo com a polícia se repetiu no episódio do sequestro de Abílio Diniz, em 1989, quando o governador Fleurly obrigou os sequestradores a vestirem camisetas do PT; cinco anos depois, a mídia tentou envolver Lula no assassinato do presidente do sindicato dos condutores de veículos do ABC, Oswaldo Cruz.

Nos três episódios a mídia foi instrumento de acusações altamente infamantes e obviamente falsas contra o PT, às vésperas de uma eleição. O objetivo é claro: quebrar as perspectivas eleitorais do partido ou de Lula. Mais do

que denotar um mero viés ideológico ou um alinhamento político, o que seria natural, a mídia tem servido de força auxiliar de uma estratégia de guerra das elites dominantes, na qual vale tudo para derrotar o PT. A derrota de Lula por Collor em 1989 foi resultado de uma manobra de mídia, que não hesitou em usar os recursos mais pusilânimes, da mentira e da difamação.

Mecanismos mais sutis de desinformação também foram se desenvolvendo com esse mesmo objetivo. Entre eles, ignorar ou não informar substantivamente sobre os programas, propostas e ações do PT ou das administrações por ele controladas. Não trabalhar com a informação é pré-requisito para desinformar e maltratar a imagem do PT. Para poder dizer e repetir que "o PT não tem propostas e só sabe criticar", é preciso antes ignorar as propostas do PT. Não noticiá-las.

Assim se explica a percepção das lideranças do PT de que a mídia se constitui no Brasil em um dos principais bloqueios ao acesso do PT ao poder. E de que as vitórias do PT são conseguidas a despeito da mídia, contra a mídia, quando consegue neutralizar a mídia. A mídia e não os partidos conservadores, tornou-se o adversário a ser vencido. Os

esforços para montar frentes partidárias amplas em torno do PT, às vezes sacrificando em excesso princípios ideológicos, são motivados mais pela necessidade de somar tempo de TV gratuita na campanha eleitoral, para fazer frente ao antagonismo da mídia, do que por uma concepção determinada de governabilidade ou hegemonia do campo popular.

Pelos mesmos motivos, uma das barreiras mais fortes ao projeto político do PT é hoje o do desgaste da imagem de Lula, principal liderança do partido e a que simboliza nossos compromissos com os trabalhadores e os excluídos da sociedade. Foi grande e em parte irreversível o estrago na imagem de Lula após duas décadas de tratamento preconceituoso e desrespeitoso pelos meios de comunicação, de fotos escolhidas cuidadosamente para danificar, de frases retiradas de seus contextos, de injúrias e insinuações caluniosas.

Esse padrão de relacionamento diz muito sobre a natureza da própria mídia no Brasil, sua falta de pluralismo, sua cultura autoritária e promiscua, sua ética de "tirar vantagem", sua tradição de "rabo preso"

com o governo, por meio de favores fiscais, inclusive o grande favor de não pagar os atrasados do INSS, da ordem de centenas de milhões de reais.

Temos uma categoria profissional de jornalistas, trabalhando em condições sub-democráticas e claramente vítima de uma cultura autoritária. E controlando-os, um patronato que tem como função histórica fazer a corretagem dos favores do Estado aos grandes grupos econômicos internacionais. Um patronato de mídia não só escravocrata em sua mentalidade, mas também testa-de-ferro de interesses estrangeiros na sua vinculação subordinativa de classe.

Mesmo apanhando o tempo todo, esse enfeitiado chamado PT cresceu sem grandes sequelas e hoje, aos 21 anos, se constituiu em sub-poder, em vários Estados e grandes prefeituras. Por isso e somente por isso, a mídia, viciada no poder, passou a moderar sua hostilidade. Descobriu que existe um "PT light", ou "cor de rosa".

Certamente ignora menos o PT, informa um pouco mais. Mas estrategicamente ainda está de prontidão. Para servir de força auxiliar nos grandes e decisivos embates, entre os quais o maior é sempre o de eleição presidencial.

Bernardo Kucinski, coordenador de comunicação do Instituto Cidadania e professor titular da ECA-USP.

21 ANOS BEM VIVIDOS

“ O Partido dos Trabalhadores forjou-se na luta popular, desde quando as leis de exceção ainda vigoravam; não havia liberdade partidária; os sindicatos estavam amordaçados; não se votava para presidente, governador e prefeito de capital ou áreas ditas de segurança nacional. A democracia existia apenas nos sonhos do nosso povo.

Nesses 21 anos, muita coisa mudou e PT teve presença e protagonismo nestas mudanças. Soubemos combinar coerência e capacidade de vigorar nossos compromissos, por meio da riqueza do debate dentro do partido e na sociedade.

Ocupamos espaços institucionais e conquistamos parcelas de poder, para colocá-las sob controle da cidadania, mas não saímos das ruas, nem perdemos nossa vinculação com o movimento social. Hoje, o PT é uma referência ética, solidária e democrática na construção de um país melhor e na luta por um mundo mais justo.

Muita coisa ainda precisa mudar e cada vez mais os brasileiros percebem que o PT é um dos mais importantes sujeitos coletivos capazes de provocar estas mudanças. Longa vida para o meu partido, o Partido dos Trabalhadores. **“**

Olivio Dutra,
governador do Rio Grande do Sul

21 anos de PT e seis anos de FHC

Depois da derrota das "Diretas-Já" e da eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, consolidou-se a transição conservadora e conciliadora no Brasil. A chamada Nova República instalou-se sob a presidência de José Sarney, ou seja, a dissidência da Arena, com o nome de PFL, retomava o controle do Estado brasileiro.

O PMDB, partido majoritário no país e principal agente institucional da oposição, venceu as eleições para a Constituinte e tornou-se, sozinho, maioria também no Congresso Nacional, estabelecendo um condomínio com o PFL e José Sarney.

No entanto, durante a Nova República, apesar do Plano Cruzado e da redemocratização do país com a promulgação da Constituição de 1988, o país não se reencontrou com um projeto de desenvolvimento nacional e nem as elites políticas e empresariais conseguiram sair do impasse entre o modelo nacional-desenvolvimentista, consolidado no 2º PND no governo Geisel, e a nova realidade do mundo, onde já predominava a globalização hegemonizada pelos Estados Unidos.

Apesar das pressões e articulações dos capitais externos, dos governos dos países desenvolvidos e mesmo dos organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, não avançaram no Brasil durante a gestão Sarney as chamadas reformas neoliberais receitadas pelo consenso de Washington.

A disputa eleitoral de 1989 condensou o embate entre as forças políticas populares e de esquerda e a direita, que se apresentou dividida e sem um projeto articulado de poder. O PMDB, com Ulysses Guimarães, pagou o preço do fracasso do Plano

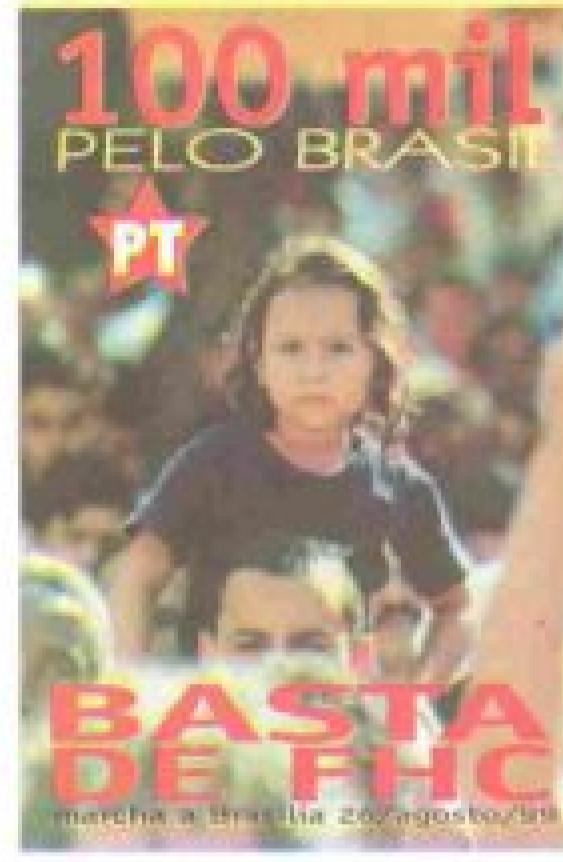
Cruzado e do governo Sarney; Maluf, Aureliano e outros não decolaram e, à esquerda, Lula e Brizola polarizaram os votos do ascendente movimento social e político que pretendia retomar o elo perdido no Colégio Eleitoral de uma alternativa popular e democrática ao regime militar.

Collor surgiu como saída para a elite empresarial e teve o apoio entusiasta do capital externo e dos meios de comunicação. O PSDB não conseguiu ser uma alternativa nem ao PMDB nem à esquerda e ficou isolado no centro. Collor venceu apesar da extraordinária votação de Lula, fruto da unidade das forças políticas de esquerda, populares e progressistas.

O fracasso de Collor e sua cassação adiaram para 1994 a verdadeira disputa política entre a saída neoliberal e um projeto de desenvolvimento nacional, democrático e popular. Para além do Plano Real e do apoio de todo poder econômico e de comunicação a FHC, o que realmente sustentou sua candidatura foi uma ampla aliança empresarial e política, com o PFL, como força agregadora e eleitoral decisiva.

Na prática, o PMDB fez campanha para FHC e o Real serviu como âncora para retirar de Lula o apoio de importantes setores das classes média e popular que haviam votado em nós no segundo turno em 1989. A situação internacional favorecia em todos os sentidos a vitória de FHC, garantia para a submissão do Brasil à globalização sob hegemonia norte-americana.

Em 1994 Brizola, vindo de uma derrota eleitoral, e Lula, com o PT aliado ao PSB e PCdoB, consolidaram-se como oposição ao governo FHC. O governo retorna, então, a agenda de Collor e, ainda no governo Itamar Franco, radicaliza a abertura comercial, dando início à



privatizações e às chamadas reformas liberais, dentre elas, a da reeleição.

Na prática, apesar das crises mexicana e asiática, do desemprego e do agravamento da situação social no país e das gravíssimas denúncias de corrupção, inclusive na aprovação da emenda da reeleição, FHC e a coalizão conservadora, agora com o apoio do PMDB e do PTB, se apresentam como garantia da continuidade da chamada modernização conservadora, estabilidade e ordem.

No Brasil ainda não estavam maduras as condições sociais e políticas para uma alternativa de esquerda. Inúmeros setores sociais ainda duvidavam de nossa capacidade de governar e de nossos propósitos, de qual realmente era nosso programa para o país e como trataríamos a questão econômica, o Real e a abertura comercial.

O PSDB, já absorvido pela hegemonia conservadora, abre espaço para a candidatura centrista, por dentro do sistema, de Ciro Gomes pelo PPS, mas o restante da direita apóia FHC e a esquerda, agora unida, fica com a candidatura Lula.

Se em 1994, apesar de Lula ficar durante meses com 40% de votos nas pesquisas, era quase impossível vencer, até pela situação interna do partido, em 1998 tínhamos condições de produzir um segundo turno e se não o fizemos foi por erros que cometemos na campanha e pela nossa incapacidade de integrar outros setores sociais para além da esquerda e dos setores populares.

O PT, desde 1995, havia solucionado vários impasses em sua política e se apresentava à sociedade brasileira como um partido que governava, que atuava no parlamento e que fazia alianças. Fomos capazes de mudar nossa imagem sem perder a nossa força social e a nossa identidade de um

partido ético e democrático, ou seja, estávamos credenciados a disputar o governo nacional.

Com um candidato mais do que viável, uma aliança e candidaturas regionais mais do que razoáveis (São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro) além de uma situação política favorável dado a desgaste do governo, era previsível a possibilidade de um segundo turno, que ficou quase seguro quando a situação econômica internacional mostrou a fragilidade da política econômica nacional e o desemprego disparou.

Ou seja, faltou na campanha a apresentação de uma alternativa ao modelo econômico e o apelo direto por um novo governo e uma nova maioria no país. Parecia que não acreditávamos que queríamos e podíamos ser governo e que na sociedade uma maioria queria mudar.

Ao contrário de 1994 e 1998, em 2000, nas eleições municipais, o PT se apresentou unido e com um discurso para ser governo, fez alianças, que foram ampliadas no segundo turno, e acreditou que na sociedade havia uma maioria que queria do PT propostas e políticas de governo e uma posição clara e direta sobre temas fundamentais, como democracia, ética, participação popular, políticas de emprego, renda e combate à exclusão.

O PT apoiou-se em sua história e identidade partidária sem deixar de fazer alianças, inclusive com setores do empresariado. Durante o ano de 1999 e mesmo em 2000 fez oposição direta e clara ao governo FHC e mobilizou a sociedade em torno de uma agenda alternativa à propaganda e às ações do governo e da aliança conservadora que o sustenta.

Durante os últimos anos o PT vem construindo, na prática, alternativas ao neoliberalismo e vem, no plano institucional, nos governos e no parlamento, nas lutas sociais e na arena pública, tecendo alianças com os mais diferentes atores sociais e econômicos, para além das alianças políticas e partidárias.

Esta talvez seja a principal lição das eleições passadas: uma eleição não se vence apenas no dia do pleito e na disputa eleitoral. Começa-se a vencer ou perder quando as condições e a correlação de forças, como agora, são equilibradas ou favoráveis a nós. E isso é determinado quando governamos, atuamos no parlamento e mobilizamos a sociedade.

Em 2002 poderemos retornar o elo perdido em 1989 não retomado em 1998. Acreditamos que se esgotaram as possibilidades internas das forças conservadoras e os limites externos são, a cada dia, mais evidentes. O país terá que tomar uma decisão: se quer continuar atrelado ao projeto internacional norte-americano ou se quer buscar caminhos próprios para nosso desenvolvimento nacional.

Com base em nosso crescimento político, social e eleitoral acreditamos que poderemos reivindicar ao nosso povo um mandato para governar o Brasil.

José Dirceu, presidente nacional do PT e deputado federal.

66 Desde a histórica criação

em 1980, estou absolutamente convencido que o Partido dos Trabalhadores, o qual tenho orgulho de ter incorporado no meu nome, tem cumprido os compromissos assumidos com sua trajetória e com sua história.

Este partido, forjado na luta do seu povo, na vontade de mudança, de construção de um mundo socialmente mais justo, nasceu da luta dos companheiros metalúrgicos, dos irmãos sem terra, dos bancários, dos professores, dos setores médios da sociedade, dos intelectuais, das forças de esquerda, que não estavam alinhadas com os partidos tradicionais, e de todos os setores da sociedade inconformados com as injustiças e a corrupção.

Enfim, nos permitiu, por meio desta confluência, construir, nestes 21 anos, este grande e democrático partido que é o PT. Hoje somos o principal partido de esquerda da América Latina, modelo para vários países do mundo. Constituímos-nos cada vez mais na principal força política de esquerda no Brasil. Estamos mostrando agora que também somos bons de governo. Estamos credenciados para administrar governos e as prefeituras que conquistamos. E vamos dar um jeito no Brasil, administrando este país a partir de 2003.

Tenho certeza disso!!!

Zeca do PT, governador do Mato Grosso do Sul

21 ANOS

Outro Brasil é possível

O PT nasceu junto com a Revolução Sandinista da Nicarágua e com o sindicato Solidariedade da Polônia. A revolução anti-imperialista na América Central e a revolução antiburocrática na Europa do Leste animavam e inspiravam o nosso partido nos seus primeiros anos. Em 1989 nossos sonhos foram adiados. Anos de resistências fragmentadas e empreendidas contra a nova ordem, cujos propagandistas queriam eterna: o mais absoluto poder do mercado.

Mas lá e cá a euforia apologética das privatizações, da desregulamentação das relações de trabalho, da livre circulação dos capitais e dos ganhos especulativos tornou-se estéril.

As pessoas em todo o mundo e em poucos anos tomaram conhecimento e consciência do que se passava. A globalização, subordinada aos interesses do capital, significa um extraordinário retrocesso social, cultural, econômico e moral. Não só a periferia do sistema entrou em colapso. Nos países do centro o desemprego atingiu níveis alarmantes e a geração atual acredita que seus filhos terão uma vida pior.

O FMI, a OMC, o Banco Mundial começaram a aparecer aos olhos de milhares como os principais responsáveis por esta globalização. Este sistema é

nefasto e buscamos outro. Grandes manifestações em várias partes do mundo anunciam que outro mundo é possível. Enquanto os representantes deste mundo encontraram-se em Davos, nós estivemos em Porto Alegre, no Fórum Social Mundial, de 25 a 30 de janeiro de 2001. Neste novo milênio os desafios do PT são coincidentes com o de todos aqueles e aquelas que acreditam e lutam por outra ordem mundial. Não é possível inserção soberana na globalização capitalista.

Queremos solidariedade entre os povos e uma cidadania planetária. Controle dos capitais especulativos (Taxa Tobin). Anulação da dívida externa dos países do terceiro mundo. Um mundo sem discriminação de gênero, raça ou orientação sexual. Desenvolvimento com sustentabilidade. Democracia participativa. Queremos que cada vez mais a luta e a organização autônoma dos trabalhadores e do povo construam uma perspectiva de emancipação democrática e socialista.

Solidariedades, convergências, propostas e agendas que criam um novo ambiente e atualizam nossos sonhos. Neste sentido, 1989 está mais próximo: outro Brasil é possível.

Heloisa Helena, senadora PT-
Alegoas, líder do bloco de
oposição no Senado.



Maioridade socialista

O Partido dos Trabalhadores já não é mais criança.

E chega ao fim da adolescência sem ter que se arrepender por nenhuma inconsequência infantil ou juvenil em sua curta, mas riquíssima, história. Pelo contrário. Sem bazofia, e com profundo sentido de visão estratégica, teve maturidade, nos momentos mais graves da história política dos últimos vinte brasileiros anos, para optar sempre pelo caminho de luta correto.

Compreendeu, ainda saindo do berço, que o fim do período autoritário tinha que ser enfrentado de forma distinta da que propunha a esquerda tradicional. Não havia mais – ao fim da campanha glória, mas derrotada, das Diretas – sentido para a manutenção de uma suposta frente ampla de oposições ao regime moribundo. Suposta, sim, porque naquele momento as forças do obscurantismo de duas décadas apresentavam fissuras evidentes. Não de princípios, é claro, mas resultantes do oportunismo e da capacidade de adaptação

lampedusiana desses setores, diante do novo, que se aproximava célebre.

Ministros da ditadura ofendiam brigadeiros. Líderes do Congresso da ditadura posavam como corajosos contestadores da ordem jurídica vigente, e da qual muitos se beneficiaram. A esquerda tradicional embarcou na armadilha. O PT, não. Enfrentou, mesmo isolado, o senso comum, antecipando os perigos embutidos na transição pelo alto que, então, se iniciava.

A resposta veio na campanha de 1989, para a presidência da República, com o conjunto de forças democráticas e progressistas se compondo no palanque de segundo turno que o partido formou em torno do programa de Lula Presidente. Um programa radical, sem sectarismos, e ainda atual, a considerarmos as principais posições defendidas no Fórum de Porto Alegre. E que posto em prática nos teria conduzido a um destino bem distinto do que o Brasil vive hoje.

Mais ainda: a resposta veio na consolidação do PT como único partido de

esquerda, no Ocidente que, longe de descharacterizar-se com o desmantelamento do Leste europeu, do chamado socialismo real, reafirmou-se na identidade com um projeto socialista, de combate ao modelo cruel, hegemônico e se espraiando por todos os continentes – a globalização financeira.

O que se oferece a nós, nessa entrada de maioridade partidária? De pronto, a certeza, confirmada pelos últimos resultados eleitorais, de que é com a bandeira vermelha que a sociedade brasileira quer nos acompanhar. Sem tergiversações, pois, onde elas ocorreram, não raro tivemos mais dificuldades.

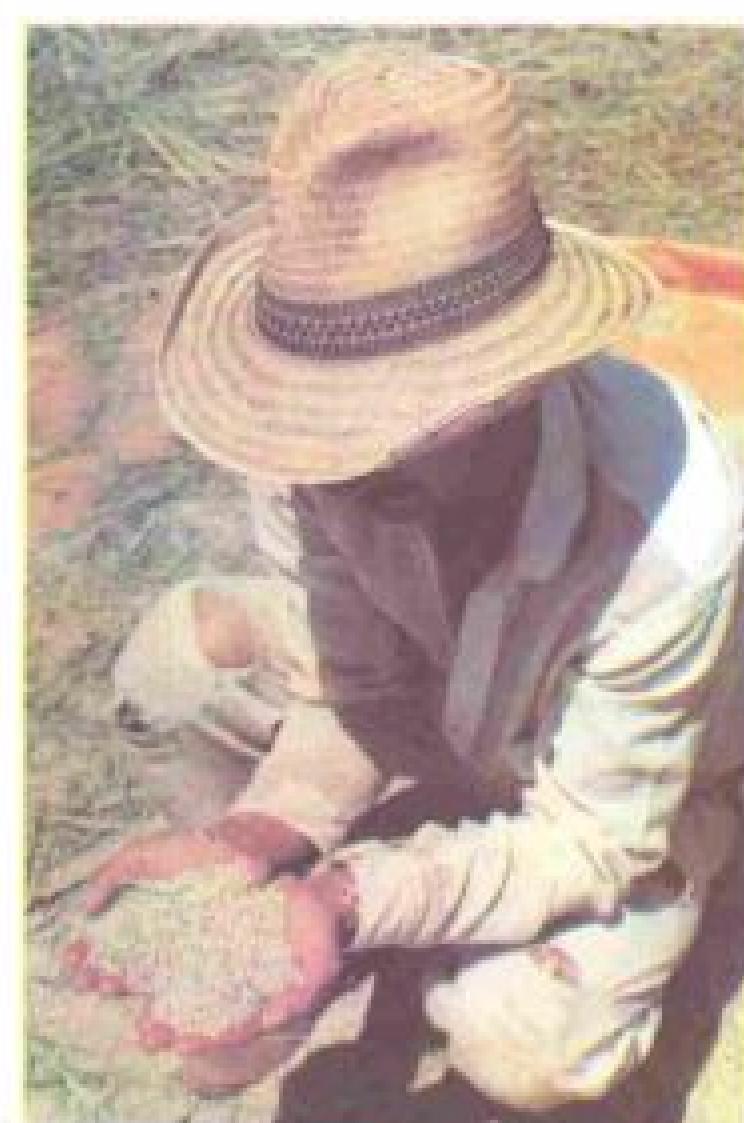
A certeza de que é na radicalidade do apego ao objetivo de sermos agentes da construção de uma

sociedade feliz, porque justa, fraterna, solidária e libertária, que somos sufragados como representantes da maior parte de nosso povo.

Se nos imbuirmos dessa responsabilidade, certamente nos transformaremos, em um futuro não distante, em referência não só para o povo brasileiro, mas para todos os progressistas, democratas e internacionalistas do mundo.

Feliz aniversário, PT. Que o vigésimo primeiro aniversário te marque pela consolidação da consciência de representação dos que vivem do esforço do trabalho próprio, contra aqueles que se locupletam na exploração de seu próximo.

Milton Temer, deputado federal PT-RJ



“ O PT faz 21 anos como um partido nacionalmente consolidado. Nascido da luta dos trabalhadores da cidade e do campo, da militância da juventude estudantil e da contribuição dos intelectuais de esquerda, o PT se afirmou como um grande instrumento capaz de romper o muro da hegemonia dos partidos tradicionais. O PT simbolizou a afirmação da cidadania política dos trabalhadores. O PT é a expressão mais completa da capacidade organizativa do povo brasileiro.

Ao fazer 21 anos, implantado em todo o Brasil, e governando espaços importantes de poder local e grandes governos estaduais, o PT tem tido a oportunidade histórica de mostrar que além de um partido vitorioso na mobilização popular e na organização dos trabalhadores, além de um partido competente no exercício de mandatos parlamentares que se caracterizam pela combatividade, pela solidariedade com o povo, pela fiscalização rigorosa e pela exigência de ética na política, ele também é competente no poder, colocando na prática tudo aquilo que construiu como doutrina, como reflexão sobre a vida política brasileira. É bom para a democracia, é bom para os trabalhadores, é bom para o Brasil, ver o nosso partido fazer 21 anos com tanta maturidade. Amadurecemos sem perder o brilho e a rebeldia da juventude. **“**

Marcelo Déda, prefeito de Aracaju (SE)

“ Como fundador do PT tenho muito orgulho de pertencer a um partido que é exemplo de defesa da moralidade, é exemplo de compromisso com o povo. Os vereadores, os deputados, os senadores, os prefeitos e governadores do PT são um exemplo, uma referência para o mundo todo de como é possível construir um futuro diferente. Não fazemos mais porque vivemos no capitalismo, mas acabamos de participar de um evento em que o PT teve uma importância grande na sua realização, o Fórum Social Mundial. Lá estávamos debatendo exatamente as experiências realizadas no mundo inteiro, mas especialmente as experiências de participação, de investimento em saúde e educação, de geração de emprego e renda, programas como o Bolsa Escola, formação de cooperativas e tantas experiências riquíssimas, mostrando que é possível governar com o povo a favor do povo. É possível ter um Brasil que seja mais rico do que já é. Mas hoje o Brasil é muito rico e, no entanto, os 10% mais ricos concentram quase 50% da riqueza enquanto os 40% mais pobres não conseguem ganhar os 10% da riqueza nacional, de modo que há muito pouca gente com muito dinheiro e por isso há milhões de pessoas passando fome, desempregadas.

Mudar este modelo pressupõe ter um projeto de futuro para apresentar à sociedade e o PT é esse projeto, que é um programa para mudar o Brasil. Efetivamente, nestes 21 anos, nós só temos a festejar, e festejar muito, especialmente porque nas eleições recentes nós

tivemos uma grande vitória a nível nacional. Governamos São Paulo, além de Belém, Porto Alegre, Recife, enfim são quase 200 cidades ao todo, além de tantas outras em que nós participamos na condição de vice-prefeitos, de modo que somos efetivamente uma força alternativa de poder. E a possibilidade de governar o Brasil está cada vez mais próxima o que significa que, em breve, educação vai ser prioridade para todo o Brasil, os municípios poderão ser

fortalecidos e assim contribuir ainda mais para acabar com a miséria, para garantir emprego para o nosso povo e para desenvolver atividades capazes de construir valores que humanizem a humanidade contra a violência, contra qualquer tipo de preconceito.

E é exatamente esse sonho que nos move e que nos faz festejar os 21 anos do PT. **“**

Edmilson Rodrigues, prefeito de Belém (PA)

História de luta e da militância negra

Uma extensa programação de músicas, filmes, debates, minisséries, documentários, shows, programas especiais foi planejada pelo governo federal e pelas grandes empresas de comunicação, principalmente a Rede Globo, para comemorar os 500 anos de descobrimento do Brasil.

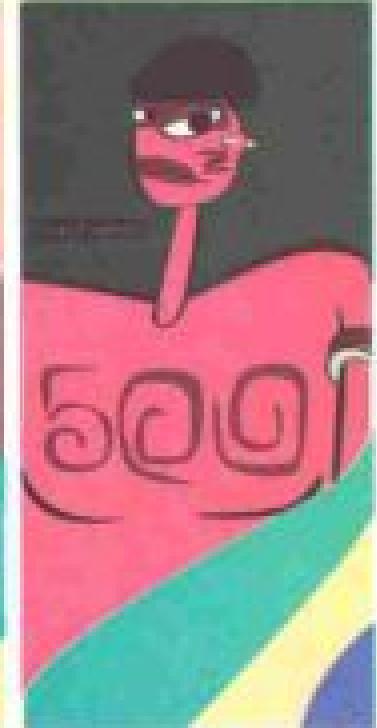
Uma programação que pretendia escamotear uma história perversa que começou com a chegada de Pedro Álvares Cabral e suas caravelas no extremo sul da Bahia, em 22 de abril de 1500.

O invasor, na certeza de sua pretensa superioridade étnica e cultural e em busca de meios que tornassem sua vida mais fácil, escravizou primeiro um povo, os indígenas, que já habitavam estas terras. Em seguida voltou seus olhos para os povos que habitavam um outro Continente, o africano; uma base territorial para o suprimento do trabalho escravo no Brasil. Esta dupla exploração expropriou e destruiu quase que totalmente grandes civilizações indígenas. De forma cruel e sistemática se utilizou da força de trabalho dos africanos escravizados. Garantiu ao invasor poder político e econômico que se estabeleceu em nosso país a partir de 1500 e influenciou não só o futuro dos povos indígenas e negros mas do Brasil, durante os 500 anos seguintes.

Procurando mostrar este outro lado da história do "descobrimento", nos organizamos no Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular - Brasil: Outros 500, para nos contrapormos a grande festa que estava sendo planejada. A data maior da grande festa chegou: o dia 22 de abril de 2000, na cidade de Porto Seguro, no Estado da Bahia. Ela era para poucos!

Organizados no Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular, mesmo com as dificuldades de se articular, por problemas financeiros e de convivência de diferentes movimentos, grupos e entidades, de vários Estados e cidades do país, jovens, mulheres, negros, indígenas, sindicalistas, sem-tetos e sem terras, aos milhares, em caravanas também se dirigiram para Porto Seguro e Cabralia para, por meio de conferências, caminhadas e diversas proposições de atividades, questionarmos a comemoração oficial.

O que lá aconteceu foi contado pelos meios de comunicação que, talvez, envergonhados com o que viram, mostraram para o Brasil e o mundo os fatos ocorridos no sul da Bahia. A partir dos parâmetros de segurança estabelecidos pelo governo federal para as comemorações oficiais e executados pelo governo da Bahia, um forte esquema policial foi montado nas



estradas para barrar as caravanas dos Estados.

Em Porto Seguro e Cabralia, índios, negros, jovens, sindicalistas, sem-tetos, sem terras, parlamentares foram recebidos com cacetetes, bombas e muita violência da polícia baiana. Foram muitos os feridos e cerca de 140 pessoas foram presas. Nenhuma novidade: já vivenciamos fatos como esses durante os 500 anos que a oficialidade pretendia comemorar.

A festa dos milhões que o governo federal pretendia realizar foi um fracasso e a farsa dos 500 anos foi desmascarada!

Os militantes do Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular cansados mas orgulhosos voltaram para suas casas. Atingimos o nosso objetivo, como afirmou a nossa senadora Marina Silva em um brilhante pronunciamento no Senado, após os episódios no sul da Bahia: "... mostrar um outro Brasil. O Brasil por dentro. O Brasil de uma caravela que navega e que, um dia, chegará a um porto seguro. Não o porto seguro das oligarquias e das elites brasileiras; o porto seguro que os índios, os negros e os brancos, homens de boa vontade, têm de construir...".

A participação da militância negra do PT Grande parte da militância negra que participou do Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular - Brasil: Outros 500 é filiada ou simpatizante do Partido dos Trabalhadores. É parte da história de um povo que tem demonstrado um vigor e uma capacidade heróica para desafiar e derrotar as políticas para seu extermínio implementadas pelas elites brancas.

Uma história na qual foram utilizados inúmeros instrumentos e formas de luta e hoje, como continuidade da tradição de rebeldia e insubmissão iniciadas nos quilombos, volta a emergir como sujeito político, rompendo o véu e destruindo a invisibilidade que as elites brasileiras tentaram inutilmente impor ao povo negro.

No Partido dos Trabalhadores, a partir da compreensão de que o

racismo não é unicamente um problema dos negros e negras mas sim de toda a sociedade brasileira, desde sua fundação começamos a olhar a prática partidária como mais um caminho na luta anti-racismo.

Nestes 21 anos de PT, além dos 500 anos, em vários outros momentos nossa intervenção foi marcante. Em 1988, por ocasião do Centenário da Abolição, o sempre presente mestre e companheiro Florestan Fernandes afirmava que "...

No PT não podemos manter as posturas das comemorações oficiais. Porém, também não podemos fazer a celebração proletária da abolição. Esta implica em transcender à ordem existente, destruí-la, criar uma nova ordem social, libertária e igualitária. Não é suficiente, pois, dizer não às comemorações oficiais, desmascará-las. É necessário refletir a fundo sobre a realidade atual e propor ao PT que ele dê as mãos aos negros e a todos que exigem uma abolição que se atrasou historicamente e deve ser feita dentro do capitalismo, contra ele, ainda na era atual".

Esta afirmação faz parte de um texto publicado por Florestan Fernandes na revista Teoria & Debate, número 2, março/1988.

Contribuiu para uma reflexão sobre a importância da intervenção da militância negra naquela data, que teve como consequência uma ampliação da nossa organização e mobilização; interferiu no debate proposto pela oficialidade e pela academia; obrigou o PT a se posicionar sobre o centenário, na forma proposta por Florestan e pelo movimento negro brasileiro.

Superar esta compreensão é o principal desafio do PT daqui para a frente. É necessário que o PT por inteiro, e não apenas a sua militância negra, entenda a absoluta impossibilidade de transformações estruturais na sociedade brasileira sem o tratamento devido da questão racial. Que é impossível a construção da cidadania do povo negro nos limites da sociedade atual. E que o combate ao racismo é estratégico seja na construção de um novo modelo de desenvolvimento, como para pensarmos uma sociedade futura, um outro Brasil, multiracial, plural, democrático e socialista.

Parabéns a militância negra, aos companheiros e companheiras do PT, pelos nossos 21 anos de luta!

Carlos Porto, secretário nacional de Combate ao Racismo do PT.

Flávio Jorge Rodrigues da Silva, membro do Coletivo da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo e Coordenador da Mobilização do Diretório Nacional do PT.

Homossexuais e os 21 anos

O Partido dos Trabalhadores, desde sua fundação, contou com a presença de militantes homossexuais, inclusive membros do histórico Grupo Sombrio - a primeira organização de luta pelos direitos de gays, lésbicas e travestis no Brasil. Apesar disso, é preciso olharmos esses 21 anos de vida de nosso partido, para vermos em que medida temos contribuído com sua construção e, ao mesmo tempo, como o PT tem assimilado a importância da luta pela cidadania homossexual.

O número de militantes homossexuais filiados ao PT é hoje significativo, como podemos observar em manifestações públicas, campanhas eleitorais, encontros, etc. Todavia, ainda somos muito dispersos, e nossa atuação política tem sido marcada pela fragmentação e falta de unidade: o pior exemplo disso foram muitas das candidaturas homossexuais petistas em 1996, caracterizadas por personalismo, estrelismo, distanciamento do partido, dentre outros problemas.

A sensibilização do partido para as nossas reivindicações, entretanto, tem sido igualmente difícil e não pode ser pura e simplesmente justificada pela desorganização dos militantes petistas homossexuais. A enorme resistência de setores do PT à colocação de propostas afirmativas dos direitos dos homossexuais em nossos programas de governo, a dificuldade de fazermos o partido assumir como sua a proposta da "Parceria Civil Registrada Entre Pessoas do Mesmo Sexo" (de autoria da companheira Marta Suplicy), indicam ainda que o conservadorismo moralista e o machismo são obstáculos que temos de superar, coletivamente, para que PT consiga ser libertário em todos os sentidos, inclusive no tocante à livre sexualidade.

A comemoração dos 21 anos do PT é um bom momento para essa reflexão, e para reafirmarmos nosso sonho: um partido socialista e plural, libertário e democrático, e que incorpore como tema central em seu programa máximo a luta pela emancipação de gays, lésbicas e travestis, pois, para nós, não haverá socialismo enquanto houver discriminação aos homossexuais, e nem será superada essa forma de opressão enquanto não superarmos as desigualdades do sistema injusto no qual vivemos.

Paulo Tavares Mariante, membro do Identidade (Grupo de Ação Pela Cidadania Homossexual) e do Núcleo de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais do PT de Campinas (SP).

“O PT é resultado de um longo processo de lutas e resistências que aconteceram durante a ditadura militar. É também fruto do reascenso do movimento de massas que houve naquela época e que alcançou o auge na campanha de 1989. Quanto mais passa o tempo, maior é a responsabilidade do PT. Ainda mais agora, que completa seus 21 anos, em meio a uma hegemonia neoliberal e a um processo de dominação imperial cada vez maior por parte do capital norte-americano. Esperamos que a experiência histórica de nosso povo e sua disposição de luta, casadas com a experiência que o partido adquiriu nesse tempo, possam reascender o movimento de massas, para realizarmos um grande movimento que leve a esquerda e o PT ao poder.”

João Pedro Stedile, coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Outro Brasil é possível.



O novo século tem a sua estrela.



9 de fevereiro

Ato Nacional - 16 h - Parlatino - SP
Festa - 21 h - Clube Juventus - SP

Querido de ASSINATURA

Assinatura anual: 1 x R\$ 50,00 2 x R\$ 25,00

- Cobrança bancária
 Cheques nominativos ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
 Depósito bancário nominativo para o Partido dos Trabalhadores
 Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda
 São Paulo SP - C/C nº 123456-0 (envie xerox do comprovante)
 Sim, eu quero assinar o PTnotícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Sexo: Masculino Feminino

Filiado ao PT: Sim Não

Rua Silveira Martins, 132, São Paulo - SP CEP 01019-000

Tel: (xx) 11 233-1328 Fax: (xx) 11 233-1349

www.pt.org.br

Notícias em tempo real no site do PT

Receba grátis o Linha Aberta

Cadastre-se na página do PT e receba diariamente, por e-mail, o Linha Aberta, boletim da Executiva Nacional do partido com as principais notícias do dia. Ou envie direto o seu pedido para la@pt.org.br

PTnotícias

<p>PRESIDENTE NACIONAL DO PT José Dirceu</p> <p>SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO Ozires Duarte</p> <p>JORNALISTA RESPONSÁVEL Fernanda Estima MTB 25075</p> <p>REDAÇÃO Rosane Ramos, Fernanda Estima, Walter Ventura e Cláudia César Xavier</p> <p>COLABORAÇÃO Pedro Estevam Pomar e Centro de Documentação e Memória da Fundação Pernambuco Abramo</p>	<p>COMISSÃO ORGANIZADORA DO COMEMORAÇÃO 2001 Márcio Barata, Jamilza Bedane, Mônica Valente, Silvânia Ferreira, Valter Pomes e Vânia Souza</p> <p>DIAGRAMAÇÃO Alexandre Machado</p> <p>SEDE Rua Silveira Martins, 132, Bairro Paulista - SP CEP 01019-000 Tel: (011) 233-1313 Fax: (011) 233-1321</p> <p>E-mail: ptnot@pt.org.br Home page: www.pt.org.br Telegram: 30.000 exemplares Fotótores e Imprensa: Arpresa</p>
---	--